

Relatório Anual de Informações

2017

Planos de benefícios da



APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações resumido sobre cada plano administrado atende às exigências da boa governança corporativa, da transparência e da legislação estabelecidas na Resolução CGPC nº 23/2006. O Relatório completo encontra-se disponível no portal da Ceres, no endereço www.ceres.org.br.

O objetivo do documento é apresentar aos patrocinadores, participantes e assistidos de cada plano patrocinado as principais realizações, as demonstrações patrimoniais, a política e o demonstrativo de investimentos, os respectivos resultados, as demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres atuariais, dos auditores independentes e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Espera-se, dessa forma, racionalizar a divulgação das informações fundamentadas na legislação em vigor com foco nos resultados de maior impacto nos planos de benefícios.

Os números apresentados nesse Relatório de Atividades 2017 mostram aos participantes em fase contributiva que seus benefícios serão assegurados e aos assistidos a tranquilidade de que terão, todos os meses, as suas suplementações efetuadas.

Além disso, ratificam às empresas patrocinadoras, que a decisão de instituírem planos de previdência complementar e confiarem sua gestão à Ceres foi uma ótima estratégia de valorização e preservação do capital humano.

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2017	1
MENSAGEM DA DIRETORIA.....	2
MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	3
MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL	4
DESTAQUES DO ANO.....	5
CONTEXTO ORGANIZACIONAL	9
PLANOS DE BENEFÍCIOS	13
POLÍTICA DE SEGURIDADE.....	14
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB)	14
GESTÃO DO PASSIVO EM 2017	14
AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2017	15
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	17
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	18
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	18
METAS E ÍNDICES.....	18
GESTÃO DOS RISCOS	18
RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS.....	20
PLANO EPAGRI BÁSICO.....	20
PLANO EPAGRI SALDADO	23
PLANO EPAGRI FLEXCERES	26
SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR EPAGRI.....	28
INVESTIMENTOS DOS PLANOS.....	29
ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO	29
PLANO EPAGRI BÁSICO.....	29
PLANO EPAGRI SALDADO	30
PLANO EPAGRI FLEXCERES	30
RESULTADOS EM 2017	31
RENDA FIXA	31
RENDA VARIÁVEL	32
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS.....	33
IMÓVEIS.....	34
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES.....	35
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO	37

COTA PATRIMONIAL DO PLANO EPAGRI FLEXCERES	38
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	39
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA)	39
DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS	40
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	41
ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	42
ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	51
ANEXO 4 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	61
ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL	64
ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	66
ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS	67

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2017

Patrocinadores



Conselho Deliberativo

Alexandre de Oliveira Barcellos (Presidente)

Emídio Casagrande

Gerson Soares Alves Barreto

José Mauro Gonçalves Dias

Sérgio Brunale

Úrsula Maria Ludwig Moraes

Conselho Fiscal

Cleuber Oliveira (Presidente)

Eurípedes Rosa do Nascimento

Sebastião Cardoso Barbosa

Arádia Luiza dos Santos Costa

Diretoria Executiva

José Roberto Rodrigues Peres (Diretor Superintendente)

Dante Daniel Giacomelli Scolari (Diretor de Investimentos)

José João Reis (Diretor de Seguridade)

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2017 foi marcado pela recuperação da economia brasileira, que cresceu 1% após um período de recessão, estimulada pela queda da inflação e das taxas de juros e pelo aumento do consumo e do investimento.

O desempenho dos investimentos apresentou muito bom resultado. Todos os planos obtiveram rentabilidade superior à meta atuarial e/ou índice de referência e a maior parte deles terminou 2017 em equilíbrio financeiro e atuarial.

Nesse contexto, a Ceres atuou de maneira consistente, com tomada de decisões prudentes, pautada pelo modelo de governança responsável, ético e transparente, além de políticas de investimentos e de seguridade criteriosas que visam proporcionar solvência e liquidez aos planos de benefícios.

A prestação de contas continuou sendo uma prioridade da Ceres com os seus participantes e assistidos.

Ao longo do ano, foram realizadas 22 (vinte e duas) visitas/reuniões às patrocinadoras, oportunidade em que a Diretoria Executiva apresentou os resultados dos planos e as suas principais ações institucionais.

Em meio à reforma da Previdência e ao baixo fomento da previdência complementar fechada, a Ceres iniciou uma série de estudos e discussões a fim de buscar a sustentabilidade e o crescimento institucional.

A principal medida foi a criação de um Plano Instituído destinado aos dependentes e familiares dos atuais participantes e assistidos da Ceres, com vinculação de parentesco até o 3º grau, denominado Família Ceres. O regulamento do plano encontra-se em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e a expectativa é de o plano entre em fase de implantação no início do 2º semestre de 2018.

Assim, continuaremos contando com a atuação integrada de nossos colegiados, da diretoria e da equipe técnica, e com a confiança de todos para seguirmos adotando as medidas necessárias para assegurar o nosso compromisso junto a cada um dos participantes, assistidos e patrocinadores.

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

Como órgão máximo da gestão, o Conselho Deliberativo tem conduzido sua atuação no sentido de fortalecer e ampliar a eficiência e eficácia de nossa Fundação. As ações desenvolvidas estão orientadas a assegurar aos beneficiários e participantes proteção previdenciária presente e futura.

Durante o ano de 2017, o Colegiado realizou seis reuniões. Nesses encontros, foram avaliados e aprovados documentos importantes para a gestão como o Plano de Custeio para 2017, a Avaliação Atuarial dos Planos, a Política de Investimentos, dentre outros.

Destaca-se como matéria relevante a aprovação do plano instituído “Família Ceres” que será destinado aos familiares dos empregados das patrocinadoras e participantes e assistidos da Fundação.

Estamos certos de que a Fundação Ceres, com seus planos de benefícios e o seu patrimônio, é garantia de uma aposentadoria tranquila. Para que possamos melhorar, é fundamental que todos participem cada vez mais da vida da Fundação, vigilantes e interessados na sua evolução.

MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL

Durante o ano de 2017, o Conselho Fiscal cumpriu o seu papel de acompanhar a situação econômico financeira e do controle efetivo da gestão da Ceres.

Em reuniões mensais, entre outras atividades, este Conselho trabalhou na elaboração de relatórios sobre demonstrativos contábeis que atestaram a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

Preocupados em emitir informações concisas e claras, o Colegiado analisou e acompanhou a Política de Investimentos, o Plano de Trabalho da Ceres, a folha de pagamento de benefícios e as premissas atuariais.

Mais uma vez, o Conselho Fiscal não poupou esforços em ajudar a garantir aos patrocinadores, participantes e assistidos um futuro seguro com qualidade de vida. Assim, ao findar o ano, temos plena consciência do dever cumprido.

DESTAQUES DO ANO

Plano Família Ceres

A Ceres está criando um plano de previdência complementar para os familiares dos empregados e assistidos dos atuais planos de previdência administrados pela Fundação.

O plano, que se chamará Família Ceres, já teve o Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo e foi encaminhado para aprovação da Previc, órgão de fiscalização e regulamentação do sistema fechado de previdência complementar.

O Família Ceres é um plano instituído e será estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD).

As Instituidoras do plano serão a Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Ceres (ANAPEC) e a Associação Mineira dos Aposentados da Extensão Rural (AMAER). A Associação Mútua de Auxílios dos Associados da Casacaresc (AMACA), ligada à Epagri, está em tratativas para também se tornar instituidora do plano.

A ANAPEC foi fundada em 1991 para representar os assistidos junto à Ceres e outros órgão públicos e entidades e incentivar os seus associados na realização de atividades sociais, laborais, recreativas, desportivas, culturais e cívicas que possam proporcionar a eles qualidade de vida.

A AMAER, entidade de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, fundada em 1989, representa os aposentados, pensionistas e empregados da Emater-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) e Epamig (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais). Além da representatividade, a Amaer oferece convênios nas áreas de lazer, saúde, financeira, jurídica, seguros, entre outros, com descontos na sua utilização. Também promove a integração, a mobilização, o conagraçamento e o lazer, criando oportunidades para o desenvolvimento de seus associados.

Nova Estrutura de Gestão dos Investimentos

Com o objetivo de obter a segregação real dos ativos dos planos de benefícios, melhorar a governança da gestão dos investimentos e o controle dos ativos face às peculiaridades de cada plano, a Ceres implantou, em dezembro de 2017, uma nova estrutura de gestão dos investimentos.

A nova estrutura está mais aderente ao que determina a legislação e foi estabelecida considerando os seguintes critérios:

A modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações determinam as diretrizes de meta de resultado, a alocação dos recursos, os indexadores e prazos de vencimento dos investimentos, a escolha dos ativos que possuem ou não amortizações ou pagamento de juros periódicos, dentre outros.

A segregação real proposta tem como restrição o custo fixo dos fundos de investimento; para planos de benefícios com patrimônio abaixo de R\$40 milhões, a gestão foi consolidada com outros planos de benefícios, seguindo o critério da modalidade do plano, a duração dos compromissos e a meta atuarial, nesta ordem.

Os critérios considerados na segregação real dos ativos foram selecionados por trazer maior transparência na gestão dos recursos e por estarem de acordo com as melhores práticas de governança praticadas no mercado, evitando a transferência de recursos entre participantes e entre planos.

A segregação dos ativos foi proporcional ao valor percentual que cada plano detém no montante em cada fundo – não há escolha de títulos. A estrutura consistiu na constituição de mais 6 (seis) fundos de investimentos exclusivos para cada plano ou conjunto de planos, originados da cisão dos fundos Eros e Tranquilidade.

Novas Regras de Empréstimos

Desde o dia 1º de setembro de 2017 a concessão de empréstimos pela Ceres passou a ter novas regras. Uma nova Instrução Normativa foi aprovada pela Diretoria Executiva da Fundação e trouxe as seguintes alterações:

1 - Para os planos Ceres Básico, Ceres FlexCeres, Epagri FlexCeres, Emater (MG) FlexCeres, Epamig FlexCeres e Cidasc FlexCeres, foi contratado no mercado um seguro de cobertura do montante da dívida contratada em substituição à cobrança da Quota de Quitação por Morte – QQM. Para novos contratos, o seguro será cobrado mensalmente, junto com a prestação, calculado com base no saldo devedor do mês, em função do contrato em vigor com a empresa de seguro.

2 - Para os planos Embrapa Básico e FlexCeres, Epagri Básico e Saldado, Emater (MG) Básico e Saldado, Epamig Básico e Saldado continua valendo a cobrança da Quota de Quitação por Morte - QQM, um seguro sob gestão da própria Fundação que garante a quitação do saldo devedor da operação de empréstimo de cada plano caso ocorra o óbito do mutuário. A taxa da QQM é específica para cada patrocinador, cobrada no ato da concessão, sobre o montante de cada operação contratada.

3 - A taxa de administração continuou sendo de 1% sobre o montante da operação; os juros continuaram mensais e específicos para cada plano de benefícios; o IOF continuou sendo cobrado para cada operação com base na legislação.

4 - Havendo interesse, o mutuário passou a poder submeter uma nova operação de investimentos - empréstimo à consideração da Ceres, visando a liquidação da dívida existente, desde que tenha pago pelo menos 12 (doze) parcelas da operação vigente.

Gestão Interna

No âmbito da gestão interna, merecem ser destacadas as seguintes ações:

- Implantação do sistema corporativo de informações integrado – ERP;
- Implantação da avaliação de desempenho dos empregados;
- Implementação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho;
- Alteração do regulamento do plano Epagri FlexCeres;
- Continuidade dos encontros com os participantes e assistidos, com o objetivo de ampliar a transparência sobre as ações institucionais e apresentar os resultados dos planos;
- Realização de estudos e discussões sobre a gestão entre ativo e passivo;
- Intensificação do processo de negociação e cobrança de valores devidos de empréstimos e financiamento imobiliário;
- Criação do WhatsApp como canal de relacionamento com os participantes e assistidos, bem como os representantes da Ceres nas patrocinadoras;
- Implantação de um novo sistema de telefonia corporativa, o PABX-IP; e
- Aperfeiçoamento do processo de atualização sistemática de beneficiários dos participantes e aposentados.

Alteração do Regulamento do Plano Epagri-FlexCeres

Em 2017, foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) a alteração no regulamento do Plano de Benefícios Epagri-FlexCeres, por meio da Portaria Previc nº 604, de 02.06.2017, publicada no DOU de 06.06.2017.

A principal mudança ocorreu na forma de cálculo da concessão dos benefícios de risco compatibilizando-a com a da aposentadoria programada. Os participantes e assistidos foram comunicados por intermédio de resenhas e do portal sobre as alterações dos regulamentos dos planos.

A seguir, estão sintetizadas as principais alterações regulamentares do plano Epagri FlexCeres:

Alteração	Regulamento Anterior	Regulamento Atual	Resultado da Alteração
Cálculo dos Benefícios de Risco ⁽¹⁾	Com base na diferença entre o Salário de Participação e o Valor de Referência ⁽²⁾	Com base numa meta similar à da aposentadoria programada ⁽³⁾	Redução do custo dos benefícios de risco, e transferência de parte da contribuição que financia os benefícios de risco, proporcional à redução do custo, para a aposentadoria programada.
Seguro	Possibilidade de contratação seguro apenas para benefícios de risco	Ampliação para acrescentar longevidade e desvio de hipóteses biométricas e avaliação atuarial	Ampliar possibilidade de contratação de seguro.
Elegibilidade à Pensão por Morte	Não há carência	Carência de dois anos de casamento ou união estável para cônjuges e companheiro(a)s terem direito à pensão por morte por doença ⁽⁴⁾	Maior segurança econômico-financeira para o plano, minimizando ocorrência de aumentos de custos futuros.
Escalonamento da pensão	Pensão vitalícia	Prazos limitados para o recebimento da pensão a depender da expectativa de vida do beneficiário. Pensão vitalícia apenas para beneficiário com expectativa de vida menor ou igual a 40 anos	Maior segurança econômico-financeira para o plano, minimizando ocorrência de aumentos de custos futuros.
Exclusão de Benefícios	Auxílio-reclusão	Sem a previsão do auxílio-reclusão	Diminuição dos custos do benefício de risco.
Data de Início dos Benefícios	A partir do fator gerador ⁽⁵⁾	A partir do fato gerador, com prazo de 90 dias para requerer. Findo o prazo, a partir do requerimento.	Maior segurança financeira para o plano, minimizando ocorrência de compromissos retroativos.

1) Aposentadoria por invalidez e pensão por morte;

(2) É um valor hipotético (do teto do INSS) utilizado no cálculo dos benefícios de risco e da meta de aposentadoria proposta pelo regulamento;

(3) O novo cálculo tem como base uma meta específica para os benefícios de risco, em que a projeção dessa meta considera somente a contribuição normal, excluindo as de caráter individual, como facultativa e aportes em geral;

(4) Caso a causa da morte do participante ou aposentado seja por acidente, não há carência;

(5) Rescisão contratual, no caso de aposentadoria, ou data do sinistro, no caso dos benefícios de risco.

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A Ceres - Fundação de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, sem fins lucrativos, multipatrocinada e gestora de multiplanos previdenciais, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

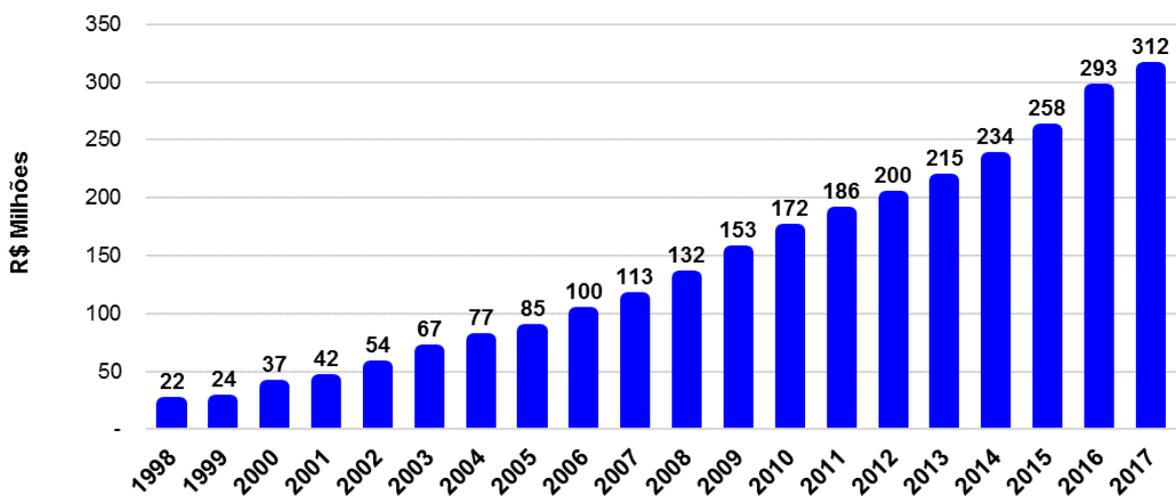
É constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo a gestão de planos de benefícios de caráter previdenciário aos empregados de oito patrocinadores englobando quase 20 mil participantes e assistidos.

Segue princípios bem definidos de governança corporativa, com regras prudenciais, práticas de gestão, controles internos e políticas específicas, buscando assegurar proteção previdenciária aos participantes e suas famílias, com qualidade, ética e transparência. Os membros dos órgãos estatutários e os funcionários são profissionais capacitados, experientes e dedicados, que praticam e prezam atributos calcados no profissionalismo, espírito de equipe, empreendedorismo e comprometimento. As práticas de governança fundamentam-se nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis e ética.

Em 2017, quando completou 38 anos, os planos administrados pela Ceres contavam com 18.702 associados, sendo 12.406 (66%) participantes e 6.296 assistidos (34%). Todos os benefícios previstos em todos os planos de previdência foram honrados, com pagamento de aposentadorias complementares no valor de R\$ 312 milhões.

Nos últimos 20 anos (Gráfico 1), a Fundação Ceres já pagou aproximadamente R\$ 2,8 bilhões em benefícios.

Gráfico 1: Evolução do montante pago em benefícios (1998 - 2017)



Atualmente, são administrados pela entidade 17 (dezesete) planos de benefícios:

Quadro 1: Plano de benefícios administrados em 2017.

Plano	CNPB	Data de início	Modalidade
Embrapa Básico	1979.0004-92	ago/1979	Benefício Definido
Embrapa-FlexCeres	2007.0007-92	mai/2007	Contribuição Variável
Embrater Básico*	1979.0005-65	ago/1979	Benefício Definido
Ceres Básico	2007.0010-47	out/1979	Benefício Definido
Ceres-FlexCeres	2007.0008-65	dez/2005	Contribuição Variável
Epagri Básico	1981.0001-19	jan/1981	Benefício Definido
Epagri-FlexCeres	2005.0023-56	jul/2005	Contribuição Variável
Epagri Saldado	2005.0022-83	jul/2005	Benefício Definido
Emater MG Básico	1982.0001-47	fev/1982	Benefício Definido
Emater MG-FlexCeres	2007.0026-47	nov/2007	Contribuição Variável
Emater MG Saldado	2007.0025-74	nov/2007	Benefício Definido
Epamig Básico	1982.0008-56	mar/1982	Benefício Definido
Epamig-FlexCeres	2007.0033-92	jan/2008	Contribuição Variável
Epamig Saldado	2007.0031-47	jan/2008	Benefício Definido
Cidasc-FlexCeres	2009.0011-92	jan/2010	Contribuição Variável
ABDI-FlexCeres	2013.0009-11	ago/2013	Contribuição Definida
EmaterDF-FlexCeres	2014.0008-83	set/2014	Contribuição Variável

*A patrocinadora do plano Embrater Básico foi extinta pela Lei nº 8.029 de 12/04/1990 e a Ceres mantém a gestão do plano por decisão judicial.

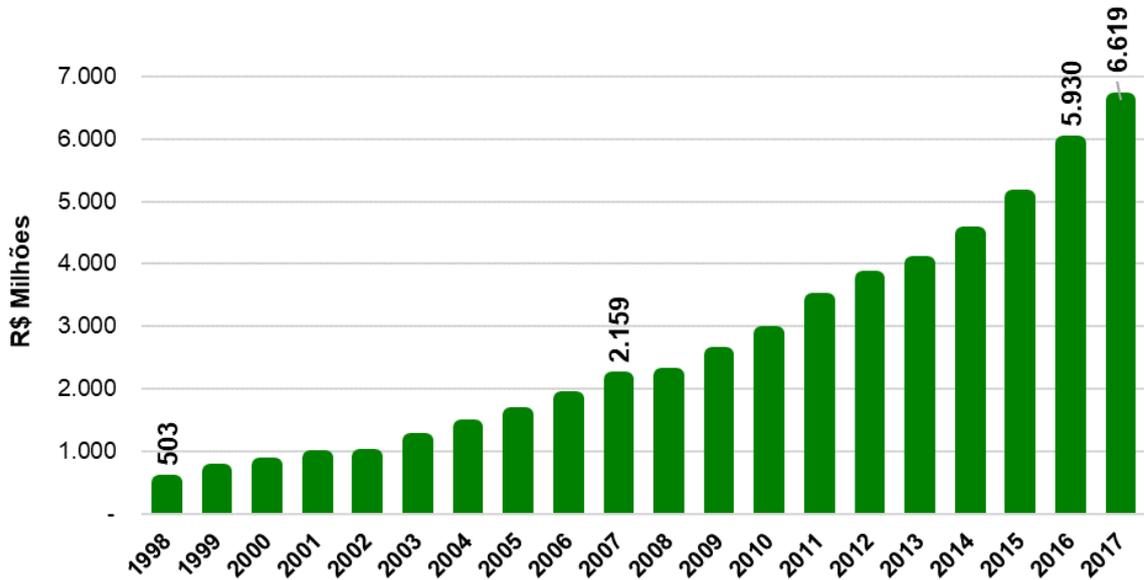
PATRIMÔNIO TOTAL

De 1998 até dezembro de 2017, o patrimônio (ativo total¹) administrado pela Ceres cresceu mais de 1.215%, passando de R\$ 503 milhões para R\$ 6,619 bilhões (Gráfico 2). Em 2017, a Fundação ocupava a 20ª posição no ranking dos maiores fundos de pensão do país, segundo a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Nesse período (1998 a 2017), a rentabilidade obtida foi de 1.478% contra uma meta atuarial/índice de referência médios de 1.167%.

¹ O Ativo total representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro de que o plano dispõe para pagar seus compromissos. Compreende especialmente os recursos investidos.

Gráfico 2: Evolução do valor dos ativos dos planos administrados pela Ceres (1998 – 2017)



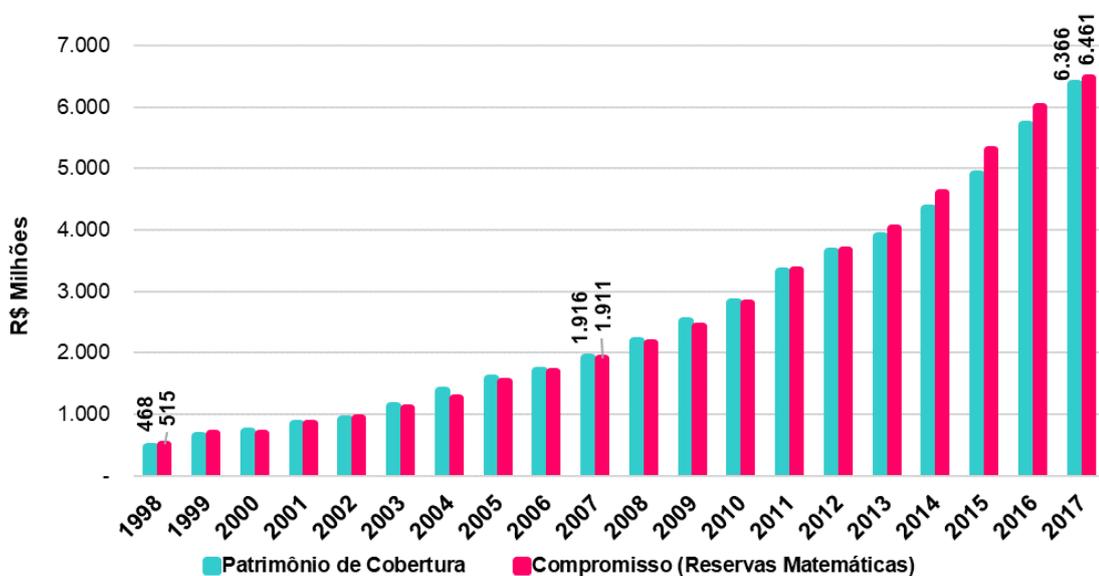
PATRIMÔNIO DE COBERTURA E OS COMPROMISSOS

O gráfico 3, a seguir, apresenta a evolução histórica do patrimônio de cobertura comparada ao crescimento do compromisso nos últimos vinte anos, ou seja, de 1998 a 2017.

O patrimônio de cobertura é o conjunto dos recursos destinados à cobertura dos compromissos do plano, isto é, para fazer face ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.

Os compromissos correspondem ao montante atual necessário para honrar o pagamento dos benefícios contratados pelos participantes e assistidos.

Gráfico 3: Evolução do valor do patrimônio de cobertura X os compromissos (1998 - 2017)



A diferença entre o patrimônio de cobertura e os compromissos pode resultar em déficit ou superávit. Quando o patrimônio de cobertura é superior aos compromissos tem-se um resultado superavitário. Quando os compromissos são superiores ao patrimônio de cobertura tem-se um resultado deficitário.

Como pode-se observar no gráfico anterior, no agregado, ao longo dos anos, os planos apresentaram resultado superavitário.

Em 2017, o resultado consolidado foi deficitário em R\$ 95 milhões, impactado especialmente pelo resultado do plano Embrater Básico, que apresentou déficit acumulado de R\$ 110 milhões.

Entretanto, a partir do exercício de 2015, com base na Instrução Previc Nº 19/2015, para apuração do resultado final os planos deverão considerar o resultado técnico ajustado.

O resultado ajustado do plano considera o ajuste de precificação que representa, a valor presente, o montante das aplicações em títulos públicos marcados até o vencimento (renda fixa), ou seja, as aplicações dos recursos do plano até o final do seu ciclo de vida.

Assim, considerando essa nova orientação, o resultado consolidado (ajustado) em 2017 foi superavitário em R\$ 101 milhões.

PLANOS DE BENEFÍCIOS

Um plano de benefícios é um conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais, mediante a formação de poupança advinda das contribuições dos patrocinadores e participantes e da rentabilidade dos investimentos feitos. Possui independência patrimonial, contábil e financeira.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri é patrocinadora de três planos com características distintas: dois de Benefício Definido (BD), um Básico e um Saldado, e um plano de Contribuição Variável (CV), o Epagri-FlexCeres (Quadro 2).

Quadro 2: Principais características dos planos Básico, Saldado e FlexCeres.

Planos Básico e Saldado	Plano FlexCeres
Mesmo elenco de beneficiários	Mesmo elenco de beneficiários
Benefícios programados e de risco	Benefícios programados e de risco
Contribuições patronais de saldamento (plano Básico)	Contribuição patronal - limite de 7% dos salários de participação dos participantes
Plano de aposentadoria mutualista	Plano de aposentadoria individual
Benefício pré-definido (média dos 12 últimos salários de participação)	Meta de Benefício (depende do valor acumulado)
Não permite aumento do benefício, pois o limite é definido em função do salário de participação.	Permite aumento do benefício mediante contribuições/aportes extraordinários, inclusive portabilidade.
Benefício de risco = baseado na média do salário de participação	Benefício de risco = baseado na meta programada
Benefício a partir de 15 anos de vinculação ao plano	Benefício a partir de 5 anos de vinculação ao plano
Aposentadoria Programada antecipada a partir dos 44 anos de idade, desde que comprovada a rescisão do contrato de trabalho e aposentadoria pelo INSS.	Aposentadoria Programada antecipada a partir dos 55 anos de idade e rescisão do contrato de trabalho
Aposentadoria proporcional (fator atuarial de antecipação de idade)	Aposentadoria proporcional ao valor acumulado (saldo de contribuições)
Aposentadoria Programada e Risco: mediante rescisão contratual e Comprovação do INSS	Aposentadoria Programada = Rescisão contratual; Aposentadoria Risco = Rescisão de contrato + Comprovação aposentadoria INSS
Reajuste do benefício: INPC	Reajuste benefício: com base na variação da cota patrimonial acumulada, limitada à variação do INPC.

Mais informações estão disponíveis no site da Ceres, no endereço www.ceres.org.br

POLÍTICA DE SEGURIDADE

A Política de Seguridade, aprovada pelo Conselho Deliberativo em dezembro de 2017, estabelece os princípios e diretrizes da gestão da seguridade e é referência para as ações e projetos a serem estabelecidos no período de 2016 a 2019.

Na sua elaboração foram consideradas as regras estabelecidas na legislação de previdência complementar, as recomendações presentes nos Manuais e Guias de Melhores Práticas e também os critérios para uma administração segura e responsável de planos de benefícios de previdência complementar. Tem como objetivo geral orientar a gestão do passivo dos planos de benefícios administrados pela Ceres e como objetivos específicos:

- Assegurar a execução do contrato previdenciário na forma prevista nos regulamentos dos planos, de modo a preservar o direito dos participantes e assistidos, considerando os princípios de segurança, solvência, liquidez e transparência;
- Adotar boas práticas de governança corporativa com recomendações objetivas, garantindo a independência do processo de seguridade por meio de decisões compartilhadas entre Grupo de Análise Preliminar de Seguridade (GAPS), Comitê de Seguridade (CS), Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- Orientar os atores envolvidos na gestão de seguridade: Ceres, Patrocinadoras e Representantes dos planos; quanto às diretrizes da gestão do passivo necessárias para a condução dos trabalhos;
- Aprimorar o relacionamento entre Patrocinadoras, Participantes, Assistidos, Empregados, Órgãos Estatutários e Órgãos Externos; e
- Dar claro entendimento a respeito das melhores práticas adotadas pela Ceres na gestão do passivo dos planos de benefícios ao Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretores, Patrocinadores, Participantes e Assistidos, bem como aos Empregados, Provedores Externos de Serviços, Órgãos Reguladores e Fiscalizadores.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB)

O Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios - ARPB, profissional qualificado e responsável pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras aos planos e benefícios administrados pela Ceres, é o Diretor de Seguridade, Advogado José João Reis, certificado pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS e habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Seguridade e ARPB.

GESTÃO DO PASSIVO EM 2017

A gestão do passivo atuarial tem como princípios a obediência às normas, a garantia do equilíbrio e solvência dos planos, o contínuo aprimoramento das metodologias adotadas e a supervisão do risco.

Uma ferramenta básica para a gestão do passivo dos planos é a avaliação atuarial, um estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano de previdência. Essa avaliação está alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial.

Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2017

A avaliação atuarial se baseia em premissas para projetar os benefícios futuros dos atuais participantes e o custeio para financiar esses compromissos. Elas se dividem em econômico-financeiras, biométricas e demográficas.

As principais premissas utilizadas são:

Tábua de Mortalidade Geral: é uma hipótese utilizada para estimar a expectativa de vida dos participantes e assistidos, exceto aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento dos benefícios e, por consequência, no valor do compromisso dos benefícios de aposentadoria programada e das pensões. Quanto maior a expectativa de vida, maior será o custo do plano. Foi aprovada a tábua mais aderente à situação de cada plano.

Tábua de Mortalidade de Inválidos: é utilizada para estimar a expectativa de vida dos aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento da aposentadoria por invalidez e, por consequência, no valor do compromisso destes benefícios. Quanto maior a expectativa de vida maior será o custo do plano.

Tábua de Entrada em Invalidez: é utilizada para estimar a probabilidade de novas concessões de aposentadoria por invalidez e impacta no custo da aposentadoria por invalidez. Quanto maior a probabilidade de ocorrência de invalidez, maior será o custo do plano.

Fator de Capacidade de Salários e Benefícios: é uma hipótese utilizada para estimar o nível real dos compromissos dos planos, uma vez que os salários e benefícios ao longo do tempo são reajustados uma vez ao ano, mas a inflação ocorre mensalmente.

Taxa de Crescimento Real de Salários: é utilizada para projetar o salário do participante para a data de aposentadoria e estimar o valor da aposentadoria programada. Quanto maior a taxa de crescimento real, maior o valor do benefício projetado e, conseqüentemente, maior o custo do plano. Isso acontece somente para salários dos participantes que estão abaixo do teto do salário de participação.

Taxa Real de Juros: é utilizada como taxa de desconto para trazer ao valor de hoje, os compromissos dos planos de benefícios com seus participantes e assistidos.

Na avaliação atuarial de 2017, foram consideradas as normas estatutárias e regulamentares que regem o plano e a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs em vigor na data-base desta avaliação.

O Conselho Deliberativo aprovou, em dezembro de 2017, a atualização das hipóteses utilizadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios administrados pela Ceres. A decisão do Conselho teve por base o estudo de aderência das hipóteses atuariais, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios e pela Gerência de Estatística e Atuária, com o objetivo compatibilizar as hipóteses às características da massa de participantes de cada plano de benefício.

As premissas aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 2017 estão apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Premissas Atuariais.

Premissa Atuarial	Plano		
	Epagri Básico	Epagri Saldado	Epagri FlexCeres
Tábua de Mortalidade Geral	AT 83 Male	AT 83 Male & Female	
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss		
Tábua de Entrada de Invalidez		TASA 1927	
Projeção de Crescimento Real do Salário			3,00%
Taxa Real de Juros	5,77%	5,70%	5,76%

Os resultados da avaliação atuarial dos planos estão apresentados no Parecer Atuarial, que está disponível no Anexo 7. Esse documento tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos em vigor na Fundação Ceres tem como base a Resolução nº 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional- CMN e suas alterações. É elaborada anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo antes do início do exercício a que se referir. Depois de aprovada, deve ser encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Na formulação da Política de Investimentos são considerados os critérios e preceitos do Manual de Governança Corporativa e Código de Ética da Ceres, dos Códigos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, além de princípios e critérios de investimentos socialmente responsáveis.

A Política de Investimentos é orientada pelo passivo atuarial. Na aplicação e gestão dos recursos são consideradas a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações. São adotadas regras, procedimentos e mecanismos de controles internos e de avaliação de riscos, observados o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada um dos planos de benefícios, com vistas a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial de cada plano. É feito o acompanhamento contínuo e sistemático, gerenciando o risco e o retorno esperado dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicação, com uso de modelos e estratégias que visam reduzir riscos e maximizar a rentabilidade.

As diretrizes de investimentos foram estabelecidas com base em estudos de cenários macroeconômicos futuros e uso de ferramentas específicas. Os recursos foram alocados prioritariamente em empresas ou projetos socialmente responsáveis, ou seja, que criam valor para todos os envolvidos, de modo a garantir segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência ao patrimônio administrado, com base em critérios que definem claramente as margens de tolerância aos riscos e as restrições para os investimentos em diferentes categorias de ativos. A atividade é exercida com boa fé, lealdade e diligência. Os dirigentes zelam por elevados padrões éticos e adotam práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

Os procedimentos adotados objetivam assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja transparente, totalmente independente da decisão de um gestor específico e que as estratégias utilizadas na aplicação dos recursos valorizem as questões socioambientais e estimulem a governança corporativa. As decisões são tomadas por órgãos colegiados, formados pelo Grupo de Análise Preliminar de Investimentos - GAPI, pelo Comitê de Investimentos - CI e pela Diretoria Executiva. Além destes, existem também os Comitês Consultivos de Planos - CCPs em todos os patrocinadores, que atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos.

Os setores de investimentos considerados prioritários em 2017 foram aqueles relacionados a Infraestrutura, Logística e Transportes; Varejo e Consumo; Construção Civil; Finanças e Bens de Capital; Commodities (agrícolas, metálicas, petróleo e gás); Papel e celulose; Siderurgia. Independente do setor, empresas com grande potencial de geração de caixa e bom histórico de pagamento de dividendos são normalmente analisadas.

Para determinar a distribuição dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicações foi utilizado o Asset Liability Management – ALM, um modelo de gestão cujo objetivo é compatibilizar aplicação dos recursos dos planos com a projeção de pagamento dos benefícios. A avaliação de qual metodologia aplicar teve como base a análise da capacidade do plano de Benefício Definido em gerar superavit e do plano de Contribuição Definida em apresentar rentabilidade adequada para o risco incorrido.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ responsável pela gestão dos investimentos é o Diretor de Investimentos, engenheiro agrônomo e economista Dante Daniel Giacomelli Scolari, registrado no CORECON-DF sob nº 6.598. Profissional Certificado com ênfase em Administração e em Investimentos desde 2010, com certificação outorgada pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS. Administrador Autorizado de Carteira de Valores Mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Profissional habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Investimentos e AETQ.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Dentro da estrutura de gestão dos investimentos, é mantido um contrato para realização dos serviços de custódia com o Banco Bradesco S.A. e existem diferentes administradores e gestores nos vários segmentos de aplicação.

Para os 8 (oito) fundos de renda fixa e o fundo de renda variável, todos de gestão própria, o administrador é a Caixa Econômica Federal. Além dos Fundos de Investimentos com gestão própria há 2 (dois) Fundos de Investimento em Ações e 17 (dezesete) Fundos de Investimento Estruturados cuja gestão é terceirizada.

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

Os segmentos de aplicação definidos para investimento em 2017 foram Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imóveis e Operações com Participantes.

METAS E ÍNDICES

Na meta estimada de rentabilidade (INPC + taxa de juros) para 2017, foram consideradas as taxas de juros atuariais específicas para cada plano (Quadro 2) acrescida da variação anual medida pelo deflator INPC.

GESTÃO DOS RISCOS

Na Fundação Ceres existe uma estrutura de governança corporativa para assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja seguro, transparente, participativo e independente da decisão de um único gestor, com o máximo de representatividade em todas as instâncias, garantindo a participação de representantes de todos os planos administrados, de seus patrocinadores, participantes e assistidos.

As metodologias utilizadas têm como base teorias e modelos consolidados, observadas as peculiaridades da previdência complementar, em especial as regras que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº 3.792/2009 e a Resolução CGPC nº 13/2004.

As decisões relevantes e que causam impacto na gestão da entidade ou dos planos de benefícios são debatidas por órgãos colegiados, como o Grupo de Análise Preliminar de Investimentos e o Comitê de Investimentos, para depois serem discutidas e aprovadas pela Diretoria Executiva. Além disso, os Comitês Consultivos de Planos de todos os patrocinadores atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos dos planos de benefícios.

A Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos - Gecor é a unidade funcional na estrutura da Fundação Ceres responsável pelo planejamento e coordenação das atividades de controles internos e gestão de riscos. Visa garantir a proteção dos ativos dos planos, a promoção da eficiência operacional, a obtenção de informação precisa e confiável, a obediência e respeito às políticas da administração. São analisados sistematicamente os riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, sob os aspectos legal, operacional e sistêmico.

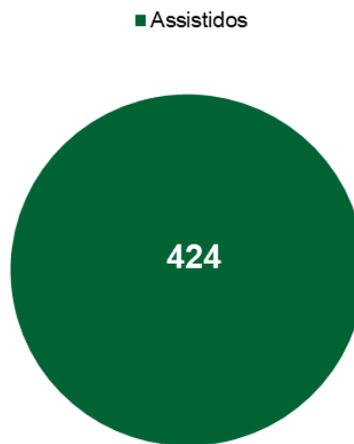
RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS

PLANO EPAGRI BÁSICO

Número de participantes

O Plano Epagri Básico, fechado para novas adesões, detinha em 2017, um total de 424 indivíduos, sendo todos eles aposentados e pensionistas (Gráfico 4).

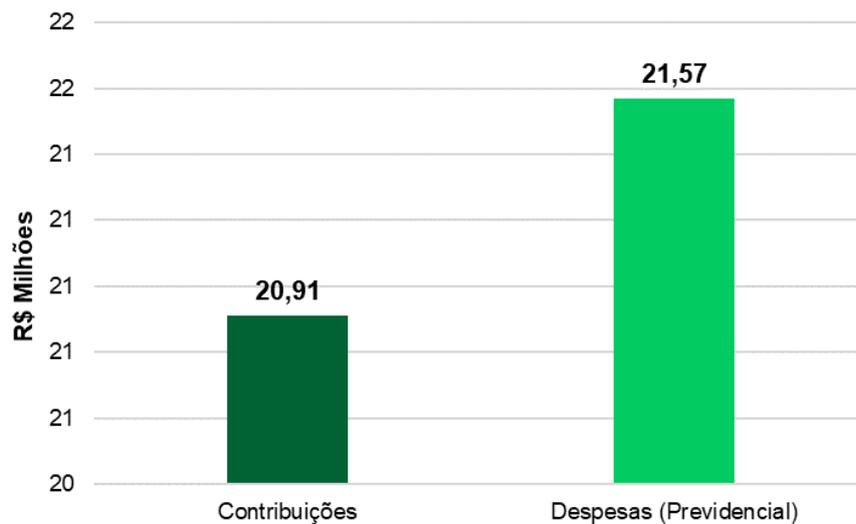
Gráfico 4: Quadro social - 2017



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Os participantes e assistidos, e sobretudo a patrocinadora, contribuíram com R\$ 20,1 milhões e foram pagos R\$ 21,6 milhões aos aposentados e pensionistas, cujo benefício médio mensal foi de R\$ 3,9 mil.

Gráfico 5: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



Balço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 8,71%, passando de R\$ 99 milhões, em 2016, para R\$ 108 milhões, em 2017 (Quadro 4).

Quadro 4: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epagri Básico (2016/2017).

		R\$ Mil			
ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	9	5	EXIGÍVEL OPERACIONAL	638	610
REALIZÁVEL	107.724	99.095	Gestão Previdencial	619	596
Gestão Previdencial	3.727	3.341	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	552	436	Investimentos	19	13
Investimentos	103.446	95.318	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	662	1.351
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	662	1.351
Fundos de Investimentos	97.405	89.510	PATRIMÔNIO SOCIAL	106.433	97.140
Investimentos Imobiliários	4.029	4.181	Patrimônio de Cobertura do Plano	105.198	96.097
Empréstimos e Financiamentos I.	1.788	1.626	Provisões Matemáticas	109.840	101.506
Depósitos Judiciais / Recursais	224	0	Benefícios Concedidos	194.090	197.622
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	0	0
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	84.250	96.115
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	(4.642)	(5.409)
			Resultados Realizados	(4.642)	(5.409)
			FUNDOS	1.236	1.042
			Fundos Previdenciais	0	0
			Fundos Administrativos	552	436
			Fundos dos Investimentos	684	606
TOTAL DO ATIVO	107.733	99.100	TOTAL DO PASSIVO	107.733	99.100

Do total de R\$ 103,4 milhões (96,02% do ativo total), em 2017, o montante de R\$ 97,4 milhões (90,41% do ativo total) estava investido basicamente em dois fundos de investimentos de renda fixa (FIM Tranquilidade e FIM Mata Atlântica) e um fundo de renda variável (FIA Agrocência), ambos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Os montantes investidos nos segmentos imobiliários e empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos, representam uma parcela pequena do ativo total (5,40%).

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos, em 2017, era de R\$ 194 milhões, sendo que R\$ 84,3 milhões se referem à recursos que ainda não estão integralizados no plano, de responsabilidade da patrocinadora.

Enfatiza-se que o resultado negativo de 2016, de R\$ 5,4 milhões foi reduzido para R\$ 4,6 milhões, isto é, uma redução de 14,18%.

Em 2017, os fundos administrativos somaram R\$ 552 mil e os fundos de investimentos R\$ 684 mil.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 5. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 8,3 milhões dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 10 milhões na gestão dos investimentos.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epagri Básico, no ano de 2017, foi de 10,31%, tendo a meta atuarial (INPC + 5,77% a.a.) fechado em 7,96%.

Quadro 5: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	-5.409.125
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-8.333.444
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	10.099.983
Contribuições Previdenciárias	20.911.236
Despesas Previdenciárias	-21.567.101
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-343.849
Resultado Contábil em 2017	-4.642.300
Ajuste de Precificação	4.311.591
Resultado Técnico Ajustado em 2017	-330.709

Desse modo, o resultado dos investimentos foi suficiente para acompanhar a evolução dos compromissos e ainda reduzir o déficit contábil acumulado, em 2016, de R\$ 5,4 milhões para R\$ 4,6 milhões em dezembro de 2017.

Quando esse plano é analisado em termos de equilíbrio técnico ajustado, que representa à valor presente, o montante das aplicações em títulos públicos marcados até o vencimento, ou seja, as aplicações dos recursos do plano até o final do seu ciclo de vida, isso representa um acréscimo de R\$ 4,3 milhões ao resultado contábil negativo de R\$ 4,6 milhões.

O resultado técnico ajustado do plano Epagri Básico, em 2017, foi negativo em R\$ 330 mil.

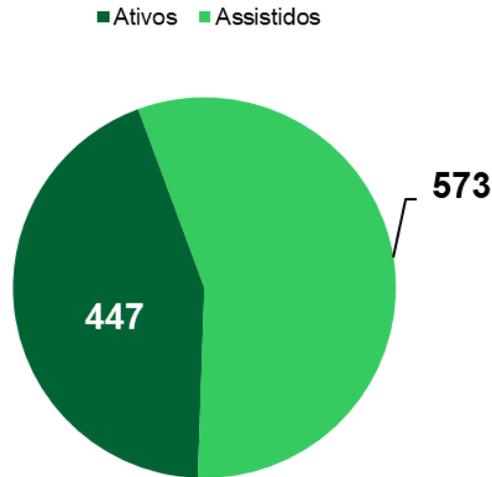
Considerando-se o resultado apresentado e, com base na legislação vigente, não é necessário a elaboração de plano de equacionamento.

PLANO EPAGRI SALDADO

Número de participantes

O Plano Epagri Saldado, fechado para novas adesões, detinha, em 2017, um total de 1.020 associados (Gráfico 6), sendo 447 participantes (44%) e 573 aposentados e pensionistas (56%).

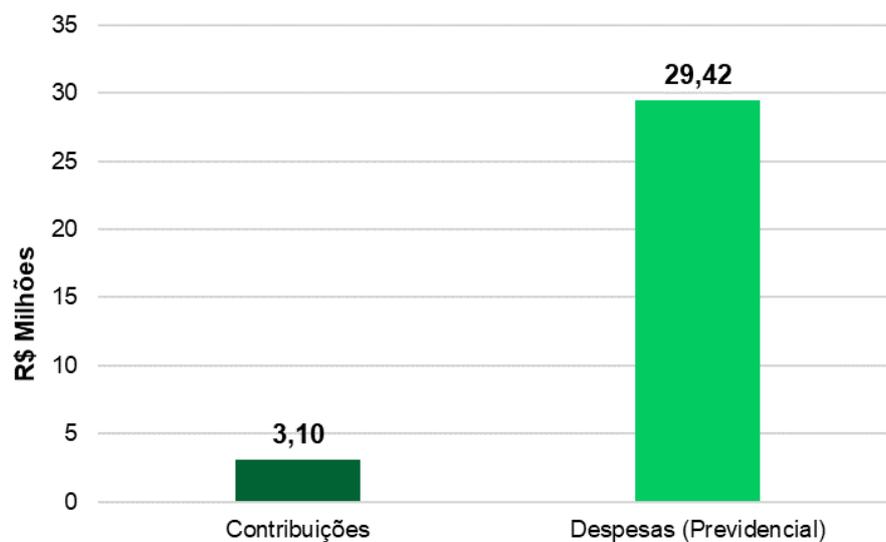
Gráfico 6: Quadro social - 2017



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 3,1 milhões e foram pagos R\$ 29,4 milhões aos aposentados e pensionistas, cujo benefício médio mensal foi de R\$ 3,9 mil.

Gráfico 7: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 5,04%, passando de R\$ 453,9 milhões em 2016 para R\$ 476,7 milhões, em 2017 (Quadro 6).

Em 2017, do total de R\$ 474,8 milhões (99,60% do ativo total), R\$ 452 milhões (95% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimento Multimercado - FIM Tranquilidade, Eros e Mata Atlântica) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Os montantes investidos nos segmentos imobiliário e operações com participantes (empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos), representam uma parcela pequena do ativo total (4,74%).

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 331 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 118 milhões.

Enfatiza-se que o resultado positivo de R\$ 9,6 milhões em 2016 aumentou para R\$ 23,6 milhões, em 2017, o que equivale a um crescimento de 144,7%.

Em 2017, os fundos administrativos somaram R\$ 1,8 milhão e os fundos de investimentos R\$ 1,83 milhão.

Quadro 6: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epagri Saldado (2016/2017).

		R\$ Mil			
ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	42	19	EXIGÍVEL OPERACIONAL	481	437
REALIZÁVEL	476.683	453.841	Gestão Previdencial	408	370
Gestão Previdencial	77	87	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	1.807	1.490	Investimentos	73	67
Investimentos	474.798	452.264	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	169	216
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	169	216
Fundos de Investimentos	452.012	429.026	PATRIMÔNIO SOCIAL	476.075	453.207
Investimentos Imobiliários	18.911	19.624	Patrimônio de Cobertura do Plano	472.441	450.123
Empréstimos e Financiamentos I.	3.665	3.615	Provisões Matemáticas	448.860	440.486
Depósitos Judiciais / Recursais	210	0	Benefícios Concedidos	331.062	305.173
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	117.797	135.313
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	23.581	9.637
			Resultados Realizados	23.581	9.637
			FUNDOS	3.634	3.084
			Fundos Previdenciais	0	0
			Fundos Administrativos	1.807	1.490
			Fundos dos Investimentos	1.827	1.594
TOTAL DO ATIVO	476.724	453.860	TOTAL DO PASSIVO	476.724	453.860

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 7. Observa-se que houve um crescimento de R\$ 8,3 milhões dos compromissos previdenciários, valor largamente superado pelos resultados positivos de R\$ 49,5 milhões na gestão dos investimentos.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epagri Saldado no ano de 2017 foi de 11,58%, tendo a meta atuarial (INPC + 5,70% a.a.) fechado em 7,88% no mesmo período.

Quadro 7: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	9.636.569
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-8.373.878
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	49.572.948
Contribuições Previdenciárias	3.104.016
Despesas Previdenciárias	-29.422.151
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-936.664
Resultado Contábil em 2017	23.580.839
Ajuste de Precificação	20.142.110
Resultado Técnico Ajustado em 2017	23.580.839

O resultado técnico ajustado do plano Epagri Saldado em 2017 foi positivo em R\$ 23,6 milhões.

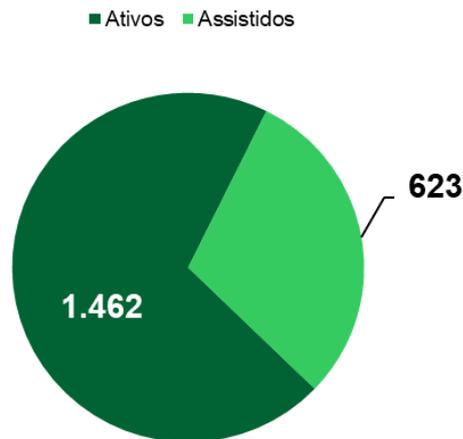
Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

PLANO EPAGRI FLEXCERES

Número de participantes

O Plano Epagri FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, detinha, em 2017, um total de 2.085 associados, sendo 1.462 participantes (70%) e 623 aposentados e pensionistas (30%), conforme apresentado no Gráfico 8, a seguir.

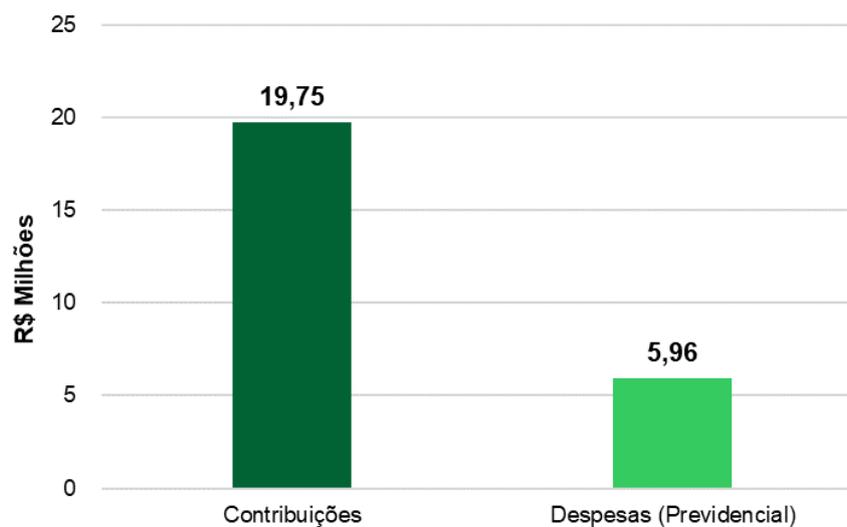
Gráfico 8: Quadro social - 2017



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 19,75 milhões. Das despesas previdenciárias, R\$ 5,4 milhões foram destinados ao pagamento de aposentadorias e pensões e R\$ 548 mil aos resgates de reserva de poupança e portabilidades, totalizando R\$ 5,96 milhões. O benefício médio mensal foi de R\$ 664.

Gráfico 9: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 19,6%, passando de R\$ 210 milhões em 2016 para R\$ 252 milhões em 2017 (Quadro 8).

Em 2017, do total de R\$ 250 milhões (99,39% do ativo total), R\$ 249 milhões (98,9% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimento Multimercado - FIM Planalto, Planalto Central e Eros) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 8: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epagri FlexCeres (2016/2017).

R\$ Mil

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	14	20	EXIGÍVEL OPERACIONAL	617	431
REALIZÁVEL	252.108	210.783	Gestão Previdencial	614	429
Gestão Previdencial	483	1.920	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	1.032	782	Investimentos	3	2
Investimentos	250.593	208.081	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	249.367	206.742	PATRIMÔNIO SOCIAL	251.505	210.372
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	238.193	200.059
Empréstimos	1.226	1.339	Provisões Matemáticas	226.817	190.800
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	69.217	54.343
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	157.600	136.457
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	11.376	9.259
			Resultados Realizados	11.376	9.259
			FUNDOS	13.312	10.314
			Fundos Previdenciais	12.142	9.419
			Fundos Administrativos	1.032	782
			Fundos dos Investimentos	138	112
TOTAL DO ATIVO	252.122	210.804	TOTAL DO PASSIVO	252.122	210.804

Os montantes investidos de operações com participantes (empréstimos) representam uma parcela pequena do ativo total (0,49%).

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 69 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 157 milhões.

Enfatiza-se que o resultado positivo de R\$ 9,3 milhões em 2016 aumentou para R\$ 11,4 milhões em 2017, o que representa um crescimento de 22,86%.

Em 2017, os fundos previdenciais totalizaram R\$ 12 milhões, os fundos administrativos somaram R\$ 1,03 milhão e os fundos de investimentos R\$ 138 mil.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 9. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 36 milhões dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 28 milhões na gestão dos investimentos e de R\$ 19,7 milhões do montante recebido de contribuições.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epagri FlexCeres no ano de 2017 foi de 13,38%, tendo o índice de referência (INPC + 5,76% a.a.) fechado em 7,95%.

Quadro 9: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	9.258.803
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-36.017.631
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	28.059.990
Contribuições Previdenciárias	19.751.783
Despesas Previdenciárias	-5.955.379
Constituição/reversão para fundo previdencial	-2.722.674
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-999.265
Resultado Contábil em 2017	11.375.625
Ajuste de Precificação	1.241.380
Resultado Técnico Ajustado em 2017	11.375.625

O resultado técnico ajustado do plano Epagri FlexCeres em 2017 foi positivo em R\$ 11,4 milhões.

Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR EPAGRI

O patrocinador Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina está em dia com suas obrigações contratuais e não possui dívida com relação a serviços passados. As contribuições de responsabilidade da patrocinadora e aquelas que a empresa desconta dos salários dos participantes para os planos de benefícios estão sendo recolhidas dentro dos prazos legais.

INVESTIMENTOS DOS PLANOS

Foi mantida uma estratégia prudente e conservadora em aplicações mais tradicionais, tendo em vista as necessidades atuariais de cada plano administrado.

Foi priorizada a alocação em Renda Fixa devido à expectativa de taxas de juros dos títulos e valores mobiliários acima da meta atuarial e do índice de referência dos planos. No segmento de operações com participantes a concessão de empréstimos simples foi realizada de acordo com a demanda dos participantes e assistidos.

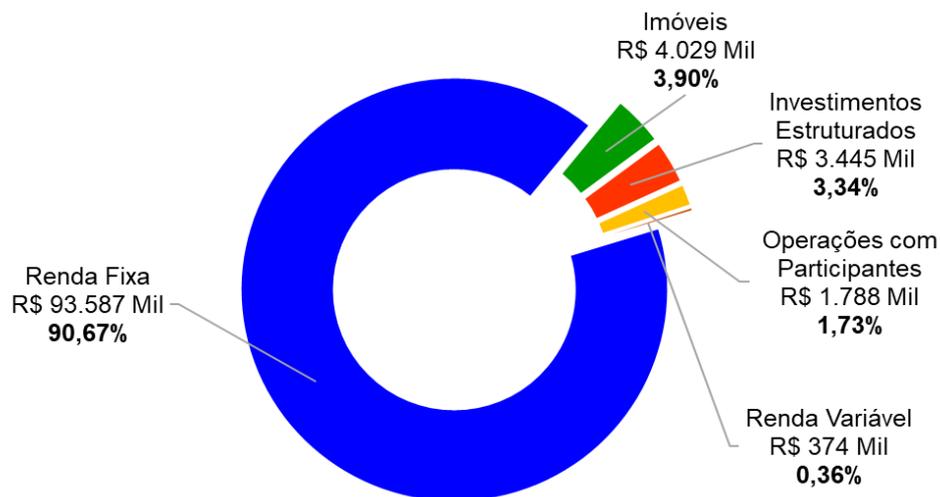
Com relação aos demais segmentos (renda variável, imóveis e investimentos estruturados) foram mantidas as aplicações.

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

PLANO EPAGRI BÁSICO

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 90,67% do total das aplicações, seguido das alocações em imóveis, com 3,90% do montante investido. Em investimentos estruturados estão alocados 3,34% do total investido, em operações com participantes 1,73% e em renda variável apenas 0,36% (Gráfico 10).

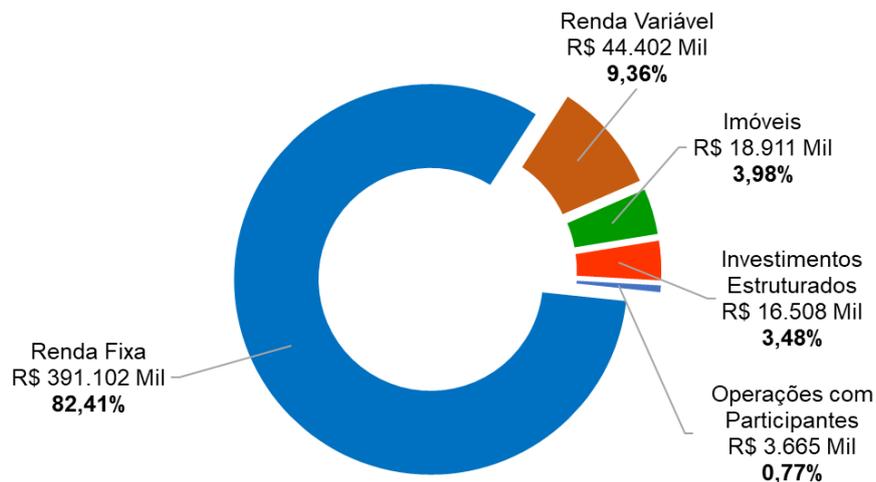
Gráfico 10: Alocação nos diferentes segmentos de aplicação



PLANO EPAGRI SALDADO

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 82,41% do total das aplicações, seguido das alocações renda variável, com 9,36% do montante investido. Em imóveis estão alocados 3,98% do total investido, em investimentos estruturados 3,48%, e em operações com participantes 0,77% (Gráfico 11).

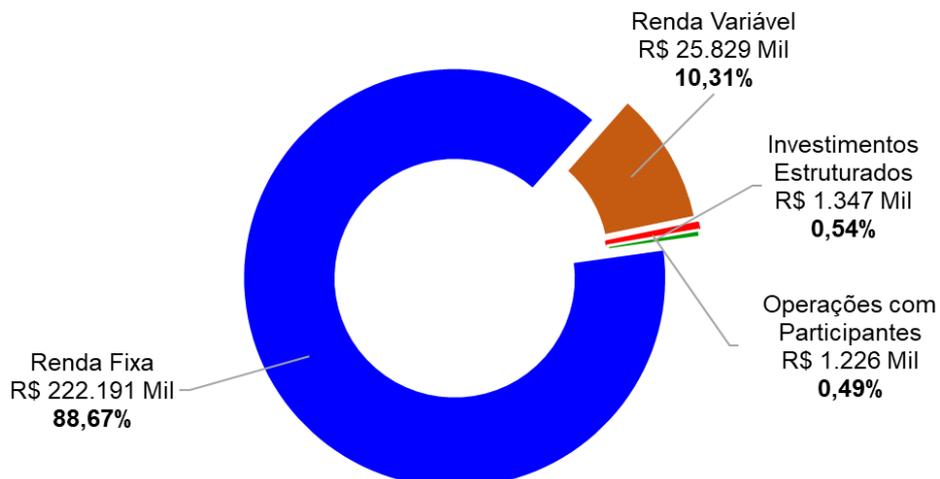
Gráfico 11: Alocação nos diferentes segmentos de aplicação



PLANO EPAGRI FLEXCERES

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 88,67% do total das aplicações, seguido das alocações renda variável, com 10,31% do montante investido. Em investimentos estruturados estão alocados 0,54% do total investido e em operações com participantes 0,49% (Gráfico 12).

Gráfico 12: Alocação nos diferentes segmentos de aplicação



RESULTADOS EM 2017

O comportamento dos indicadores econômicos no decorrer de 2017 foi caracterizado por uma queda marcante da inflação, causada basicamente pela perda de poder aquisitivo dos consumidores, redução acentuada da massa salarial e oferta abundante de bens e serviços, e a consequente redução das taxas de juros adotada pelo Banco Central.

A taxa Selic encerrou 2017 em 7,00% (com uma média de 9,84% no ano), o IPCA foi de 2,94%, o INPC de 2,06% e o IGP-M foi negativo de 0,53%. O mercado acionário reagiu positivamente durante o ano, com destaque para o resultado da Bolsa de Valores, medido pelo Índice Bovespa, que foi de 26,86%.

É importante destacar que a distribuição dos investimentos difere para cada plano de benefícios, podendo alguns planos deterem investimentos em determinados segmentos (renda fixa e/ou renda variável e/ou investimentos estruturados e/ou imóveis e/ou operações com participantes) e outros não.

RENDA FIXA

Os retornos dos investimentos foram de 10,51% no plano Epagri Básico, 10,92% no plano Epagri Saldado e de 12,34% no plano Epagri FlexCeres.

Em dezembro de 2017, os recursos investidos, em renda fixa, alocados nos fundos exclusivos Eros e Tranquilidade foram segregados em seis novos fundos, para uma gestão mais segregada dos ativos de cada plano ou de um conjunto de planos e uma composição de carteiras mais ajustada com a duração do passivo dos planos.

Os novos Fundos de Investimentos e os respectivos planos a qual estão vinculados são:

- Fundo 1 – BD1 Cerrados: Embrapa Básico;
- Fundo 2 – BD2 Zona da Mata: Epamig Básico e Epamig Saldado;
- Fundo 3 – BD3 Serra da Canastra: Emater (MG) Básico, Emater (MG) Saldado e Ceres Básico;
- Fundo 4 – BD4 Mata Atlântica: Epagri Básico e Epagri Saldado;
- Fundo 5 – BD5Flex – Planalto: Embrapa FlexCeres, Ceres FlexCeres, Emater (MG) FlexCeres, Epagri FlexCeres, Epamig FlexCeres, Cidasc FlexCeres e Emater DF FlexCeres;
- Fundo 6 – CDFlex – Planalto Central: Embrapa FlexCeres, Ceres FlexCeres, Emater (MG) FlexCeres, Epagri FlexCeres, Epamig FlexCeres, Cidasc FlexCeres, Emater DF FlexCeres, ABDI FlexCeres e PGA.

Do total do plano Epagri Básico investido em renda fixa, que soma R\$ 93,6 milhões, 90,87% foram alocados em títulos públicos e 9,13% em títulos privados (Quadro 10).

Ao final de 2017, o plano Epagri Saldado detinha R\$ 391 milhões investidos no segmento de renda fixa, sendo a maior parcela (91,14%) alocada em títulos públicos.

Dos recursos do plano Epagri FlexCeres investidos em renda fixa, 75,50% estão alocados em títulos públicos e 24,51% em títulos privados (Quadro 10). Em 2017, o montante total investido nesse segmento foi de R\$ 222 milhões.

Quadro 10: Composição dos ativos de renda fixa em 2017 (R\$).

Investimentos/Ativos	Epagri Básico	% sobre o Total Geral	Epagri Saldado	% sobre o Total Geral	Epagri FlexCeres	% sobre o Total Geral
NTN-B - Nota do Tesouro Nacional série B	65.223.110	69,69%	281.554.772	71,99%	140.467.920	63,22%
NTN-C - Nota do Tesouro Nacional série C	10.025.243	10,71%	43.275.086	11,06%	-	0,00%
NTN-O - Nota do Tesouro Nacional Over	9.796.668	10,47%	31.604.795	8,08%	27.276.013	12,28%
Total - Títulos Públicos	85.045.020	90,87%	356.434.653	91,14%	167.743.932	75,50%
CDB - Certificado de Depósito Bancário	670.345	0,72%	2.896.512	0,74%	7.816.066	3,52%
CCI - Cédula de Crédito Imobiliário	563.036	0,60%	926.568	0,24%	-	0,00%
CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários	962.148	1,03%	3.309.045	0,85%	5.128.408	2,31%
Debêntures	3.672.746	3,92%	16.017.434	4,10%	26.867.195	12,09%
Letra Financeira	2.319.795	2,48%	9.939.246	2,54%	12.734.473	5,73%
FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	356.902	0,38%	1.587.143	0,41%	1.909.719	0,86%
Total - Títulos Privados e Fundos	8.544.972	9,13%	34.675.948	8,87%	54.455.861	24,51%
Contas a Pagar/a Receber - (Fundos de Investimentos)	- 3.399	0,00%	- 8.979	0,00%	- 9.099	0,00%
Total Geral - (Títulos Públicos e Privados)	93.586.593		391.101.621		222.190.695	

RENDA VARIÁVEL

Ao final de 2017, as aplicações dos planos patrocinados pela Epagri totalizaram R\$ 70,6 milhões, sendo aproximadamente R\$ 400 mil relativos ao plano Básico, R\$ 44,4 milhões ao plano Saldado e R\$ 25,9 milhões ao plano FlexCeres (Quadro 11 e 12).

O desempenho em renda variável superou as expectativas e proporcionou uma rentabilidade de 50,52% ao plano Básico, 23,90% ao plano Saldado e 23,35% ao plano FlexCeres.

Neste segmento, os investimentos são realizados por meio do Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrocência, de gestão própria da Fundação Ceres e que concentra cerca de 97% dos recursos alocados em renda variável. Além do Fundo Agrocência, os planos possuem investimentos em dois fundos com gestão terceirizada e que concentram aproximadamente 4% dos recursos aplicados em renda variável. Esses fundos investem em diferentes setores da economia como alimentação, mineração, petróleo, siderurgia, finanças, entre outros.

Os recursos investidos pelos planos no Fundo Agrociência estavam assim distribuídos conforme o Quadro 11).

Quadro 11: Composição e valor dos ativos de renda variável (gestão própria) em R\$.

Ação/Papel	Epagri Básico	% sobre o Total	Epagri Saldado	% sobre o Total	Epagri FlexCeres	% sobre o Total
BRADESCO/PN	-	-	3.200.442	7,53%	1.906.203	7,53%
BRF FOODS/ ON	-	-	3.909.911	9,20%	2.328.767	9,20%
BMF BOVESPA/ON	-	-	1.260.475	2,97%	750.747	2,97%
CCR RODOVIAS/ON	-	-	2.476.681	5,83%	1.475.126	5,83%
HYPERMARCAS/ON	-	-	4.286.020	10,09%	2.552.780	10,09%
ITAÚ UNIBANCO/PN	-	-	4.694.173	11,05%	2.795.878	11,05%
LOJAS RENNER/ON	-	-	5.620.445	13,23%	3.347.571	13,23%
PETROBRAS/PN	-	-	2.856.074	6,72%	1.701.095	6,72%
VALE/PN	-	-	4.260.662	10,03%	2.537.676	10,03%
VALID/ON	-	-	2.473.274	5,82%	1.473.097	5,82%
NTN - Nota do Tesouro Nacional	-	-	7.238.916	17,04%	4.311.543	17,04%
Contas a Pagar/a Receber	-	-	201.294	0,47%	119.892	0,47%
Total	-	-	42.478.365	100,00%	25.300.375	100,00%

A identificação dos fundos de gestão terceirizada, dos respectivos gestores e os montantes aplicados estão apresentados no Quadro 12:

Quadro 12: Composição, gestores e fundos de renda variável (gestão terceirizada) em R\$.

Fundo	Gestor Externo	Epagri Básico	% sobre o Total	Epagri Saldado	% sobre o Total	Epagri FlexCeres	% sobre o Total
FIA Fator Sinergia V	Fator Administração de Recursos	208.659	55,82%	1.066.481	55,43%	271.176	51,32%
FIA Sul America Expertise II	Sul América DTVM S.A.	165.124	44,18%	857.583	44,57%	257.211	48,68%
Total		373.783	100,00%	1.924.064	100,00%	528.387	100,00%

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Os investimentos neste segmento totalizaram R\$ 21,3 milhões em 2017, sendo R\$ 3,5 milhões no plano Epagri Básico, R\$ 16,5 milhões no plano Epagri Saldado e R\$ 1,3 milhão no plano Epagri FlexCeres.

De acordo com a estratégia para o segmento, não foram adquiridas cotas de novos fundos, sendo apenas realizados aportes nos atuais fundos de investimentos cujo capital comprometido pela Ceres havia sido definido no momento da aquisição deles.

Os recursos dos planos Básico e Saldado estão alocados em 17 (dezessete) fundos de investimentos, e os do plano FlexCeres em 6 (seis) fundos. Esses fundos possuem gestão terceirizada e investem em diferentes setores da economia como agronegócio, tecnologia, alimentação, logística, entre outros. No ano, a rentabilidade obtida foi de 4,99%, no plano Básico, 5,03% no plano Saldado e 6,66% no plano FlexCeres.

Ao final de 2017, a carteira dos fundos investidos e os respectivos gestores eram os seguintes (Quadro 13):

Quadro 13: Composição, gestores e montante fundos terceirizados (R\$).

Fundo	Gestor Externo	Epagri Básico	% sobre o Total Geral	Epagri Saldado	% sobre o Total Geral	Epagri FlexCeres	% sobre o Total Geral
FII RB Capital	RB Capital Investimentos Ltda	108.927	3,16%	560.994	3,40%	124.887	9,27%
FII Claritas Logística	Claritas Adm. de Recursos	308.508	8,96%	1.601.166	9,70%	411.475	30,54%
FII Hermes	Rio Bravo DTVM Ltda	356.610	10,35%	1.655.557	10,03%	-	0,00%
FII Projeto Água Branca	Coinalvares CCVM Ltda	1.088.341	31,60%	5.069.228	30,71%	-	0,00%
Total - FII (Fundo de Investimentos Imobiliários)		1.862.386	54,07%	8.886.945	53,83%	536.362	39,81%
FIP Caixa Ambiental	Mantiq Investimentos S/A	35.017	1,02%	163.099	0,99%	-	0,00%
FIP Inseed FIMA	Inseed Investimentos Ltda	56.437	1,64%	292.871	1,77%	86.879	6,45%
FIP Investidores Institucionais III	Angra Patners Ltda	75.327	2,19%	350.853	2,13%	-	0,00%
FIP Brasil Mezanino	Darby Stratus Adm de Inv. Ltda	47.270	1,37%	220.172	1,33%	-	0,00%
FIP DGF FICPAC 2	Santander DTVM S.A	145.629	4,23%	717.451	4,35%	229.952	17,07%
FIP Brasil Agronegócio	BRZ Investimentos Ltda	182.482	5,30%	849.958	5,15%	-	0,00%
FIP BTG Infraestrutura II FIC	BTG Pactual Gestora Rec. Ltda	134.068	3,89%	695.722	4,21%	206.384	15,32%
FIP Caixa Incorporação Imobiliária	Caixa Econ. Federal	191.602	5,56%	1.004.127	6,08%	287.801	21,36%
FIP Angra Infra	Angra Patners Ltda	264.511	7,68%	1.232.029	7,46%	-	0,00%
Total - FIP (Fundos de Investimentos em Participações)		1.132.343	32,87%	5.526.281	33,48%	811.015	60,19%
FMIEE Fipac Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda	23.084	0,67%	107.520	0,65%	-	0,00%
FMIEE Mercato Alimentos	Mercatto Gestão de Recursos	137.335	3,99%	639.672	3,87%	-	0,00%
FMIEE Nordeste II	Rio Bravo	9.793	0,28%	45.612	0,28%	-	0,00%
FMIEE Empreendedor Brasil	BRZ Investimentos	279.562	8,12%	1.302.129	7,89%	-	0,00%
Total - FMIEE (Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes)		449.773	13,06%	2.094.934	12,69%	0	0,00%
Total Geral (FII, FIP e FMIEE)		3.444.502		16.508.160		1.347.377	

IMÓVEIS

Os ativos são constituídos por 2 (duas) participações em shoppings centers, 4 (quatro) prédios comerciais e por 2 (duas) salas comerciais (Quadro 14) e têm o objetivo de gerar fluxo de caixa a partir da renda de aluguéis dos imóveis.

Somente os planos Epagri Básico e Epagri Saldado possuem aplicações neste segmento, que correspondem a 3,90% e 3,98% dos recursos investidos por esses planos, respectivamente.

Durante o ano de 2017, a carteira de imóveis dos dois planos de R\$ 23 milhões que permaneceu inalterada.

Quadro 14: Composição e valor dos ativos – segmento imóveis - 2017.

Ativo/Local	Epagri Básico	% sobre o Total	Epagri Saldado	% sobre o Total
Shopping Center	2.776.922	68,92%	12.934.226	68,39%
Shopping Conjunto Nacional - DF	1.470.039	36,48%	6.847.083	36,21%
Shopping Center Recife - PE	1.306.883	32,44%	6.087.143	32,19%
Prédios Comerciais	961.422	23,86%	4.478.070	23,68%
Edifício José Guerra - SP	413.339	10,26%	1.925.234	10,18%
Edifício Cenesp Bloco "C" - SP	318.284	7,90%	1.482.490	7,84%
Edifício Cenesp Bloco "J" - SP	22.611	0,56%	105.318	0,56%
Edifício Ceres - DF	207.187	5,14%	965.028	5,10%
Salas Comerciais	290.834	7,22%	1.498.870	7,93%
Edifício Corporate Sala 303 - DF	141.296	3,51%	728.199	3,85%
Edifício Corporate Sala 304 - DF	149.537	3,71%	770.671	4,08%
TOTAL	4.029.177		18.911.167	

No ano, a rentabilidade obtida foi de 6,47% no plano Básico e de 6,48% no plano Saldado. Todos os imóveis são de gestão própria.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Essas operações de investimentos obedecem às modalidades e às regras de investimentos permitidas para as EFPCs e cumprem os limites de patrimônio, parâmetros de rentabilidade e controle de riscos, de acordo com a legislação vigente.

Ao final de 2017, o montante alocado nesse segmento era de R\$ 1,8 milhão no plano Epagri Básico, correspondente a 1,73% do total de recursos do plano; R\$ 3,7 milhões no plano Epagri Saldado (0,77% dos recursos investidos) e R\$ 1,2 milhão no plano Epagri FlexCeres, equivalente a 0,49% dos investimentos desse plano.

No ano, a rentabilidade obtida foi de 13,61% no plano Básico, 11,77% no plano Saldado e 12,35% no plano FlexCeres.

As quantidades e valores concedidos² nos últimos dois anos da carteira de empréstimos e os montantes da carteira de financiamento imobiliário estão apresentados nos Quadros 15 a 19.

Ressalta-se que o plano Epagri FlexCeres não possui recursos aplicados em financiamento imobiliário.

Quadro 15: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Epagri Básico).

Descrição	2016	2016	Varição (%)
Valor Total da Carteira	1.580.712,86	1.756.341,65	11,11%
Quantidade de Contratos	80	78	-2,50%
Concessões de Empréstimos no período - R\$	889.800,00	1.134.880,86	27,54%
Quantidade de Concessões no período	30	29	-3,33%

² Os valores apresentados de “concessões de empréstimos no período” representam o total contratado pelo participante ou assistido, não representando necessariamente o montante de recursos liberado.

Quadro 16: Montante e nº de contratos no segmento de financiamento imobiliário (Plano Epagri Básico).

Descrição	2016	2017	Variação (%)
Valor Total da Carteira	45.726,11	31.207,51	-31,75%
Quantidade de Contratos	1	1	0,00%

Quadro 17: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Epagri Saldado).

Descrição	2016	2017	Variação (%)
Valor Total da Carteira	3.612.445,90	3.662.370,09	1,38%
Quantidade de Contratos	213	195	-8,45%
Concessões de Empréstimos no período - R\$	1.590.372,96	2.064.711,90	29,83%
Quantidade de Concessões no período	67	71	5,97%

Quadro 18: Montante e nº de contratos no segmento de financiamento imobiliário (Plano Epagri Saldado).

Descrição	2016	2017	Variação (%)
Valor Total da Carteira	2.187,33	2.584,13	18,14%
Quantidade de Contratos	2	3	50,00%

Quadro 19: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Epagri FlexCeres).

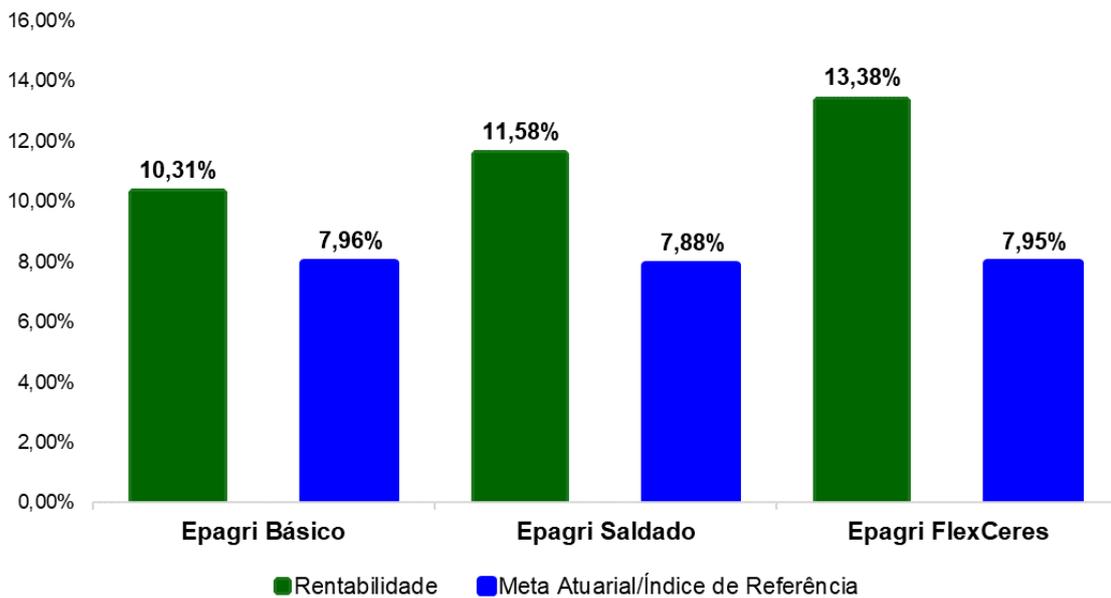
Descrição	2016	2017	Variação (%)
Valor Total da Carteira	1.338.844,00	1.226.283,95	-8,41%
Quantidade de Contratos	130	117	-10,00%
Concessões de Empréstimos no período - R\$	695.023,89	730.684,23	5,13%
Quantidade de Concessões no período	46	45	-2,17%

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO

A Política de Investimentos é concebida considerando o passivo atuarial de cada plano de benefícios. Assim, a composição da carteira de investimentos e a rentabilidade não são iguais para todos os planos, pois cada um deles possui características específicas.

Em 2017, as rentabilidades dos planos patrocinados pela Epagri superaram as respectivas metas atuariais e índices de referências. Os resultados estão demonstrados no gráfico, a seguir.

Gráfico 13: Rentabilidade dos investimentos dos planos.



No Anexo 1 “Demonstrativo de Investimentos”, estão apresentadas as composições das carteiras de investimentos de cada plano de benefícios.

O resumo da Política de Investimentos adotada para 2017, por plano de benefícios, pode ser verificado no Anexo 2.

COTA PATRIMONIAL DO PLANO EPAGRI FLEXCERES

Nos planos de Contribuição Variável (CV) os valores líquidos das contribuições são utilizados para a aquisição de cotas patrimoniais dos planos.

A cota patrimonial (valor contábil) é uma fração do patrimônio do plano, atualizada pela variação mensal do valor do ativo patrimonial do plano e é utilizada para atualizar mensalmente o saldo de contas dos participantes dos FlexCeres.

Isso permite que seja apurado o valor de participação de cada participante no patrimônio total de cada plano de benefícios.

Nesta metodologia utiliza-se os rendimentos mensais dos investimentos, deduzindo os valores utilizados para constituição dos fundos previdenciais, que servem para cobertura dos benefícios de risco, e do custeio administrativo. São utilizados os valores dos balancetes mensais dos registros contábeis.

Por outro lado, a rentabilidade dos investimentos de cada plano administrado é apurada por meio do método da Taxa Interna de Retorno (TIR)³.

Ao longo de 2017 o crescimento no valor nominal das cotas foi significativo e muito acima da inflação do período, que foi de 2,07% pelo INPC ou de 2,95% pelo IPCA (Quadro 20).

Isso significa que a cota do plano Epagri FlexCeres apresentou uma valorização real muito acima da inflação no período.

Quadro 20: Variação da cota patrimonial - Plano FlexCeres - 2017.

Plano	Valor da Cota R\$ Janeiro/2017	Valor da Cota R\$ Dezembro/2017	Variação da Cota Patrimonial em 2017
Epagri FlexCeres	3,57071097	4,06122840	13,74%

³ A Taxa Interna de Retorno (TIR) é a taxa única equivalente que resume a rentabilidade de todos os valores que são investidos ou recebidos ao longo do tempo.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA)

As despesas administrativas, contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa – PGA e necessárias para o funcionamento da Ceres na administração dos planos de benefícios, estão divididas em despesas relativas à gestão previdencial e à gestão de investimentos.

As despesas administrativas da gestão previdencial são apuradas com base no número de participantes de cada plano de benefícios administrado e as despesas administrativas da gestão dos investimentos são estabelecidas de forma proporcional, com base no patrimônio de investimentos do plano correspondente. Essa metodologia de apropriação das despesas administrativas está baseada no critério de rateio aprovado na 157ª Reunião do Conselho Deliberativo – CD, de 20 e 21 de outubro de 2008 e retificado conforme Ata da 177ª Reunião do CD, realizada nos dias 1º e 2 de dezembro de 2011.

Em 2017, as despesas administrativas totalizaram R\$ 26,7 milhões, representando uma variação de 11% em relação a 2016, como pode ser observado no Quadro 21, abaixo.

Quadro 21: Despesas administrativas consolidada – 2016/2017 – (R\$).

Rubricas	Gestão 2017		2017	2016	Variação %	Média Ponderada
	Previdencial	Investimentos				
Pessoal e Encargos	9.186.977,61	9.120.140,89	18.307.119	16.512.081	10,87%	7,45%
Treinamentos/Congressos e Seminários	117.597,66	118.919,90	236.518	174.477	35,56%	0,31%
Viagens e Estádias	93.597,15	93.691,96	187.289	213.402	-12,24%	-0,09%
Serviços de Terceiros	1.530.387,78	894.576,78	2.424.965	1.951.808	24,24%	2,20%
Auditoria Contábil	41.302,50	41.302,50	82.605	57.600	43,41%	0,13%
Consultoria de Investimentos	-	152.758,04	152.758	168.817	-9,51%	-0,05%
Consultoria Jurídica	856.959,84	202.100,81	1.059.061	577.594	83,36%	3,30%
Consultoria Gestão/Planejamento	61.156,69	61.156,69	122.313	46.796	161,38%	0,74%
Consultoria Recursos Humanos	7.715,40	7.715,40	15.431	3.612	327,21%	0,19%
Consultoria Informática	345.747,39	428.614,15	774.362	888.572	-12,85%	-0,37%
Consultoria Atuarial	213.587,04	-	213.587	199.636	6,99%	0,06%
Pessoa Física	3.918,92	929,19	4.848	9.181	-47,20%	-0,01%
Despesas Gerais	1.709.680,92	1.646.636,88	3.356.318	3.197.276	4,97%	0,62%
Depreciações e Amortizações	117.630,78	117.630,43	235.261	258.404	-8,96%	-0,08%
Tributos	988.237,72	988.237,87	1.976.476	1.765.007	11,98%	0,89%
Total das Despesas Administrativas	13.744.109,62	12.979.834,71	26.723.944	24.072.456	11,01%	

A título de comparação, caso a gestão fosse feita por uma empresa privada ao custo de 1,0% do valor total do patrimônio administrado, que em 2017 foi de R\$ 6,5 bilhões, essas despesas seriam da ordem de R\$ 65 milhões. Com a gestão própria, o valor real das despesas administrativas da Ceres ficou em 41% do que seria o custo estimado da administração terceirizada.

A Taxa de Administração, cujo limite legal é de 1,0%, é a relação entre a despesa administrativa e os recursos garantidores. Para 2017 foi estabelecido um valor de 0,44% e o valor obtido foi de 0,41%.

De modo geral, pode-se afirmar que os resultados gerais obtidos em 2017 no Plano de Gestão Administrativa podem ser considerados adequados, satisfatórios e competitivos. No Quadro 22, estão apresentadas as despesas administrativas correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 22: Despesas administrativas por plano – 2017 – (R\$).

Plano	Pessoal e Encargos	Treinamentos/ Congressos e Seminários	Viagens e Estádias	Serviços de Terceiros	Despesas Gerais	Depreciações e Amortizações	Tributos	Total
Epagri Básico	364.561	4.710	3.730	48.290	66.836	4.685	39.359	532.170
Epagri Saldado	1.302.860	16.832	13.329	172.577	238.859	16.743	140.660	1.901.859
Epagri FlexCeres	905.841	11.703	9.267	119.988	166.071	11.641	97.797	1.322.308

DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS

As despesas específicas de investimentos são destinadas ao custeio dos fundos de investimentos e são formadas pela taxa de administração, taxas de custódia e controladoria, entre outras. Essas despesas são contabilizadas diretamente nos planos de benefícios e nos fundos de investimentos, não sendo relacionadas às despesas contabilizadas no PGA. No Quadro 23 estão apresentadas detalhadamente as despesas de investimentos de 2017 e de 2016.

Quadro 23: Despesas específicas de investimentos consolidada plano – 2016/2017 – (R\$).

Rubricas	2017	2016	Variação %
Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	231.196	202.611	14,11%
Taxa Cetip/Selic	470.680	446.597	5,39%
Custódia	474.458	402.594	17,85%
Controladoria	477.292	421.013	13,37%
Taxa CVM	175.446	182.842	-4,05%
Taxa Bovespa	9.774	4.912	98,99%
Taxa Anbima	18.144	13.398	35,43%
Corretagem	47.879	221.277	-78,36%
Outras (Auditoria Fundos e Emolumentos)	31.497	16.760	87,93%
Total das Despesas	1.936.365	2.060.525	-6,03%

A variação de 6,03%, em relação ao ano de 2016, corresponde principalmente à redução do custo de corretagem proveniente da movimentação da carteira do FIA Agrociência.

No quadro seguinte, estão apresentadas as despesas de investimentos correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 24: Despesas específicas de investimentos por plano – 2017 – (R\$).

Plano	Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	Taxa Cetip/Selic	Custódia	Controladoria	Taxa CVM	Taxa Bovespa	Taxa Anbima	Corretagem	Outras	Total
Epagri Básico	2.243	7.075	7.540	7.638	1.661	106	161	-	484	26.907
Epagri Saldado	16.622	34.364	34.597	35.960	12.589	847	1.318	4.138	2.595	143.030
Epagri-FlexCeres	12.933	20.147	18.566	18.606	9.969	506	1.025	2.464	651	84.867

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epagri Básico

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	85.884.543	91,41%	93.586.589	91,06%	100,00%	100,00%
Renda Variável	248.323	0,26%	373.783	0,36%	70,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	3.376.803	3,59%	3.444.502	3,35%	20,00%	10,00%
Imóveis	4.181.473	4,45%	4.029.177	3,92%	8,00%	8,00%
Operações com Participantes	1.626.439	1,73%	1.787.549	1,74%	15,00%	5,00%
Empréstimos	1.580.713	1,68%	1.756.342	1,71%		
Financiamentos Imobiliários	45.726	0,05%	31.208	0,03%		
Total dos Recursos Investidos	95.317.582	101,45%	103.221.600	100,44%		
Disponível	5.112	0,01%	8.620	0,01%		
Outros Realizáveis	-	0,00%	223.904	0,22%		
Outras Exigibilidades	-1.364.307	-1,45%	-681.070	-0,66%		
Total dos Recursos Garantidores	93.958.387	100,00%	102.773.054	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epagri Saldado

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	377.017.472	83,41%	391.101.603	82,41%	100,00%	100,00%
Renda Variável	35.838.244	7,93%	44.402.430	9,36%	70,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	16.169.989	3,58%	16.508.160	3,48%	20,00%	10,00%
Imóveis	19.623.886	4,34%	18.911.167	3,98%	8,00%	8,00%
Operações com Participantes	3.614.633	0,80%	3.664.954	0,77%	15,00%	5,00%
Empréstimos	3.612.446	0,80%	3.662.370	0,77%		
Financiamentos Imobiliários	2.187	0,00%	2.584	0,00%		
Total dos Recursos Investidos	452.264.224	100,06%	474.588.313	100,00%		
Disponível	18.789	0,00%	41.918	0,01%		
Outros Realizáveis	-	0,00%	209.795	0,04%		
Outras Exigibilidades	-283.269	-0,06%	-241.685	-0,05%		
Total dos Recursos Garantidores	451.999.744	100,00%	474.598.342	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epagri FlexCeres

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	184.536.290	88,68%	222.190.688	88,66%	100,00%	100,00%
Renda Variável	20.938.688	10,06%	25.828.762	10,31%	70,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	1.266.854	0,61%	1.347.377	0,54%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	1.338.844	0,64%	1.226.284	0,49%	15,00%	5,00%
Empréstimos	1.338.844	0,64%	1.226.284	0,49%		
Total dos Recursos Investidos	208.080.676	99,99%	250.593.111	100,00%		
Disponível	20.283	0,01%	14.197	0,01%		
Outras Exigibilidades	-2.276	0,00%	-2.791	0,00%		
Total dos Recursos Garantidores	208.098.684	100,00%	250.604.516	100,00%		

ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Resumo da Política de Investimentos – Plano Epagri Básico



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 09:04:34

Informações da Entidade		
Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 1981000119 - PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS BD DA EPAGRI		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,77

Documentação/Responsáveis

Documentação	
Nº da Ata: 207	Data: 14/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	60,00	100,00	90,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00	0,50
IMÓVEIS	0,00	8,00	4,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	2,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	3,50
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	14,38	9,24	11,71	
RENDA FIXA	17,36	9,21		
RENDA VARIÁVEL	-15,38	39,43		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	2,96	-6,27		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS	54,60	2,56		
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	20,97	9,62		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Epagri Saldado


Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 11:26:37

Informações da Entidade		
Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 2005002283 - PLANO SALDADO EPAGRI		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,70

Documentação/Responsáveis
Documentação

Nº da Ata: 207

Data: 14/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	60,00	100,00	82,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00	9,00
IMÓVEIS	0,00	8,00	4,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	1,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	4,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	13,23	9,47	11,71	
RENDA FIXA	16,44	9,80		
RENDA VARIÁVEL	-15,40	18,96		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	3,48	-6,20		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS	54,29	2,57		
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	17,98	10,51		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Epagri FlexCeres



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 11:30:32

Informações da Entidade		
Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 2005002356 - PLANO CV - EPAGRI-FLEXCERES		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,76

Documentação/Responsáveis**Documentação**

Nº da Ata: 207

Data: 14/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Realiza o apuração de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	50,00	100,00	86,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	30,00	12,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	1,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	1,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	9,46	12,33	11,91	
RENDA FIXA	13,67	11,59		
RENDA VARIÁVEL	-14,79	19,79		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,56	-3,67		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	20,60	11,00		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data.

O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

Os modelos das Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem apresentados, consoante com o Anexo B, da Resolução CNPC nº 08 de 2011, são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado);
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada (Consolidada);
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios;
- Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefícios; e
- Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefícios.

Demonstrações Contábeis – Consolidado

Balço Patrimonial				
R\$ Mil				
ATIVO	2017	2016	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
DISPONÍVEL	821	311	0,01%	163,81%
REALIZÁVEL	6.617.861	5.929.379	99,98%	11,61%
Gestão Previdencial	138.076	142.467	2,09%	-3,08%
Gestão Administrativa	10.479	10.344	0,16%	1,31%
Investimentos	6.469.306	5.776.569	97,73%	11,99%
Títulos Públicos	305	302	0,00%	0,95%
Créditos Privados e Depósitos	0	0	0,00%	0,00%
Ações	0	0	0,00%	0,00%
Fundos de Investimento	6.206.527	5.508.794	93,76%	12,67%
Investimentos Imobiliários	190.077	197.264	2,87%	-3,64%
Empréstimos	71.406	69.401	1,08%	2,89%
Depósitos Judiciais / Recursais	990	807	0,01%	22,66%
Outros Realizáveis	0	0	0,00%	0,00%
PERMANENTE	650	735	0,01%	-11,54%
Imobilizado	499	656	0,01%	-23,94%
Intangível	151	79	0,00%	91,41%
TOTAL DO ATIVO	6.619.332	5.930.426	100,00%	11,62%
R\$ Mil				
PASSIVO	2017	2016	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	104.862	92.268	1,58%	13,65%
Gestão Previdencial	101.816	89.510	1,54%	13,75%
Gestão Administrativa	2.295	2.016	0,03%	13,84%
Investimentos	752	743	0,01%	1,17%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	12.336	13.324	0,19%	-7,42%
Gestão Previdencial	656	781	0,01%	-15,93%
Gestão Administrativa	8.930	8.357	0,13%	6,85%
Investimentos	2.750	4.186	0,04%	-34,31%
PATRIMÔNIO SOCIAL	6.502.134	5.824.833	98,23%	11,63%
Patrimônio de Cobertura do Plano	6.366.114	5.713.031	96,17%	11,43%
Provisões Matemáticas	6.461.089	6.009.838	97,61%	7,51%
Benefícios Concedidos	2.769.637	2.752.312	41,84%	0,63%
Benefícios a Conceder	4.095.155	3.701.529	61,87%	10,63%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	403.704	444.003	6,10%	-9,08%
Equilíbrio Técnico	(94.975)	(296.807)	-1,43%	-68,00%
Resultados Realizados	(94.975)	(296.807)	-1,43%	-68,00%
Superávit Técnico Acumulado	0	0	0,00%	0,00%
(-) Déficit Técnico Acumulado	94.975	296.807	1,43%	-68,00%
Resultados a Realizar	0	0	0,00%	0,00%
Fundos	136.020	111.803	2,05%	21,66%
Fundos Previdenciais	92.922	75.905	1,40%	22,42%
Fundos Administrativos	25.300	20.129	0,38%	25,69%
Fundos dos Investimentos	17.798	15.769	0,27%	12,87%
TOTAL DO PASSIVO	6.619.332	5.930.426	100,00%	11,62%

Demonstração de Mutação do Patrimônio Social - DMPS

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	5.824.833	4.402.326	32,31%
1. Adições	1.062.114	1.197.310	-11,29%
Contribuições Previdenciais	368.495	346.808	6,25%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	661.605	819.276	-19,25%
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(124)	164	-175,70%
Receitas Administrativas	29.845	26.060	14,52%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.294	2.738	-16,21%
Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	0	(1)	100,00%
Constituição de Fundos de Investimentos	0	2.265	-100,00%
2. Destinações	355.798	335.560	6,03%
Benefícios	328.956	311.325	5,66%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(124)	164	-175,70%
Despesas Administrativas	26.945	24.072	11,93%
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	22	0	0,00%
Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	0	(1)	-100,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	677.301	1.422.507	-52,39%
Provisões Matemáticas	451.250	1.415.976	-68,13%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	201.833	(40.469)	-598,73%
Fundos Previdenciais	17.017	34.774	-51,07%
Fundos Administrativos	5.172	8.109	-36,22%
Fundos Investimentos	2.029	4.118	-50,72%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	6.502.134	5.824.833	11,63%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	20.129	15.402	30,69%
1. Custeio da Gestão Administrativa	32.116	28.798	11,52%
1.1. Receitas	32.116	28.798	11,52%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	15.584	13.569	14,85%
Custeio Administrativo dos Investimentos	13.840	12.055	14,80%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	414	432	-4,09%
Resultado Positivo dos Investimentos	2.272	2.738	-17,03%
Outras Receitas	6	4	62,26%
2. Despesas Administrativas	(26.944)	(24.069)	11,94%
2.1. Administração Previdencial	13.854	12.094	14,55%
Pessoal e encargos	9.297	8.256	12,60%
Treinamentos/congressos e seminários	118	87	34,80%
Viagens e estadias	94	107	-12,28%
Serviços de terceiros	1.530	1.025	49,34%
Despesas gerais	1.710	1.609	6,28%
Depreciações e amortizações	118	129	-8,96%
Tributos	988	882	12,08%
2.2. Administração dos Investimentos	13.090	11.977	9,30%
Pessoal e encargos	9.230	8.256	11,80%
Treinamentos/congressos e seminários	119	87	36,32%
Viagens e estadias	94	107	-12,19%
Serviços de terceiros	895	927	-3,51%
Despesas gerais	1.647	1.589	3,65%
Depreciações e amortizações	118	129	-8,96%
Tributos	988	882	12,08%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	0	(1)	-100,00%
4. Reversão de Recursos para o Planos de Benefícios	0	0	0,00%
5. Resultado Negativo dos Investimentos	0	0	0,00%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	5.172	4.727	9,43%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	5.172	4.727	9,42%
8. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	25.300	20.129	25,69%

Demonstrações Contábeis – Plano Epagri Básico

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epagri Básico			
R\$ Mil			
Descri�o	Exercício 2017	Exercício 2016	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	96.097	87.413	9,93%
1. Adi�es	31.011	29.724	4,33%
(+) Contribui�es Previdenciais	20.911	17.842	17,20%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	10.100	11.882	-15,00%
2. Destina�es	21.911	21.040	4,14%
(-) Benefícios	21.567	20.752	3,93%
(-) Custeio Administrativo	344	288	19,22%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	9.100	8.684	4,79%
(+/-) Provisões Matemáticas	8.333	9.739	-14,44%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	767	-1.055	-172,66%
4. Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	105.198	96.097	9,47%
C) Fundos Não Previdenciais	1.236	1.042	18,54%
(+/-) Fundos Administrativos	552	436	26,44%
(+/-) Fundos Investimentos	684	606	12,85%

Demonstra�o do Ativo Líquido - DAL - Plano Epagri Básico			
R\$ Mil			
Descri�o	Exercício 2017	Exercício 2016	Variacão (%)
1. Ativos	107.733	99.100	8,71%
Disponível	9	5	68,62%
Recebível	4.279	3.778	13,27%
Investimentos	103.446	95.318	8,53%
Fundos de Investimentos	97.405	89.510	8,82%
Investimentos Imobiliários	4.029	4.181	-3,64%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	1.788	1.626	9,91%
2. Obriga�es	1.300	1.961	-33,70%
Operacional	638	610	4,65%
Contingencial	662	1.351	-51,01%
3. Fundos Não Previdenciais	1.236	1.042	18,54%
Fundos Administrativos	552	436	26,44%
Fundos dos Investimentos	684	606	12,85%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	105.198	96.097	9,47%
Provisões Matemáticas	109.840	101.506	8,21%
Superávit/Déficit Técnico	(4.642)	(5.409)	-14,18%
6. Apura�o do Equilíbrio Técnico Ajustado	(331)	0	0,00%
a) Equilíbrio Técnico	(4.642)	(5.409)	-14,18%
b) (+/-) Ajuste de Precifica�o	4.312	5.409	-20,29%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(331)	0	0,00%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epagri Básico
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	107.181	99.100	8,15%
1. Provisões Matemáticas	109.840	101.506	8,21%
1.1. Benefícios concedidos	194.090	197.622	-1,79%
Benefício definido	194.090	197.622	-1,79%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	84.250	96.115	-12,34%
(-) Déficit equacionado	84.250	96.115	-12,34%
(-) Patrocinador(es)	84.250	96.115	-12,34%
2. Equilíbrio Técnico	(4.642)	(5.409)	-14,18%
2.1. Resultados realizados	(4.642)	(5.409)	-14,18%
(-) Déficit técnico acumulado	4.642	5.409	-14,18%
3. Fundos	684	1.042	-34,39%
3.1. Fundos previdenciais	0	0	0,00%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	684	606	12,85%
4. Exigível Operacional	638	610	4,65%
4.1. Gestão previdencial	619	596	3,76%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	19	13	44,22%
5. Exigível Contingencial	662	1.351	(0)
5.1 Gestão previdencial	0	0	0,00%
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	662	1.351	-51,01%

Demonstrações Contábeis – Plano Epagri Saldado
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epagri Saldado

R\$ Mil			
Descri�o	Exercício 2017	Exercício 2016	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	450.123	409.101	10,03%
1. Adi�es	52.677	67.954	-22,48%
(+) Contribui�es Previdenciais	3.104	2.726	13,85%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	49.573	65.228	-24,00%
2. Destina�es	30.359	26.932	12,72%
(-) Benefícios	29.422	26.131	12,59%
(-) Custeio Administrativo	937	801	16,93%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	22.318	41.022	-45,59%
(+/-) Provisões Matemáticas	8.374	35.754	-76,58%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	13.944	5.268	164,70%
4. Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	472.441	450.123	4,96%
C) Fundos Não Previdenciais	3.634	3.084	17,83%
(+/-) Fundos Administrativos	1.807	1.490	21,29%
(+/-) Fundos Investimentos	1.827	1.594	14,59%

Demonstrac o das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epagri Saldado

R\$ Mil			
Descri�o	Exercício 2017	Exercício 2016	Variacão (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	474.917	452.370	4,98%
1. Provisões Matemáticas	448.860	440.486	1,90%
1.1. Benefícios concedidos	331.062	305.173	8,48%
Benefício definido	331.062	305.173	8,48%
1.2. Benefício a conceder	117.797	135.313	-12,94%
Benefício definido	117.797	133.541	-11,79%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	0	0	0,00%
(-) Déficit equacionado	0	0	0,00%
(-) Patrocinador(es)	0	0	0,00%
2. Equilíbrio Técnico	23.581	9.637	144,70%
2.1. Resultados realizados	23.581	9.637	144,70%
Superávit técnico acumulado	23.581	9.637	144,70%
Reserva de contingência	23.581	9.637	144,70%
3. Fundos	1.827	1.594	14,59%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	1.827	1.594	14,59%
4. Exigível Operacional	481	437	10,04%
4.1. Gestão previdencial	408	370	10,39%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	73	67	8,12%
5. Exigível Contingencial	169	216	-21,78%
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	169	216	-21,78%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Epagri Saldado			
R\$ Mil			
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	476.724	453.860	5,04%
Disponível	42	19	123,10%
Recebível	1.884	1.577	19,52%
Investimentos	474.798	452.264	4,98%
Fundos de Investimentos	452.012	429.026	5,36%
Investimentos Imobiliários	18.911	19.624	-3,63%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	3.665	3.615	1,39%
2. Obrigações	650	653	-0,49%
Operacional	481	437	10,04%
Contingencial	169	216	-21,78%
3. Fundos Não Previdenciais	3.634	3.084	17,83%
Fundos Administrativos	1.807	1.490	21,29%
Fundos dos Investimentos	1.827	1.594	14,59%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	472.441	450.123	4,96%
Provisões Matemáticas	448.860	440.486	1,90%
Superávit/Déficit Técnico	23.581	9.637	144,70%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	23.581	9.637	144,70%
a) Equilíbrio Técnico	23.581	9.637	144,70%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	20.142	21.110	-4,59%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	23.581	9.637	144,70%

Demonstrações Contábeis– Plano Epagri FlexCeres
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epagri FlexCeres

Descri�o	R\$ Mil		
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	209.478	162.519	28,89%
1. Adi�es	47.812	52.244	-8,48%
(+) Contribui�es Previdenciais	19.752	17.660	11,85%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	28.060	34.584	-18,86%
2. Destina�es	6.955	5.286	31,58%
(-) Benefícios	5.955	4.487	32,73%
(-) Custeio Administrativo	999	799	25,09%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	40.857	46.958	-12,99%
(+/-) Provisões Matemáticas	36.018	39.355	-8,48%
(+/-) Fundos Previdenciais	2.723	3.650	-25,42%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	2.117	3.953	-46,44%
4. Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	250.335	209.478	19,50%
C) Fundos Não Previdenciais	1.170	895	30,82%
(+/-) Fundos Administrativos	1.032	782	31,96%
(+/-) Fundos Investimentos	138	112	22,93%

Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL - Plano Epagri FlexCeres

Descri�o	R\$ Mil		
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variacão (%)
1. Ativos	252.122	210.804	19,60%
Disponível	14	20	-30,01%
Recebível	1.515	2.703	-43,94%
Investimentos	250.593	208.081	20,43%
Fundos de Investimentos	249.367	206.742	20,62%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	1.226	1.339	-8,41%
2. Obriga�es	617	431	43,11%
Operacional	617	431	43,11%
3. Fundos Não Previdenciais	1.170	895	30,82%
Fundos Administrativos	1.032	782	31,96%
Fundos dos Investimentos	138	112	22,93%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	250.335	209.478	19,50%
Provisões Matemáticas	226.817	190.800	18,88%
Superávit/Déficit Técnico	11.376	9.259	22,86%
Fundos Previdenciais	12.142	9.419	28,91%
6. Apurac�o do Equilíbrio Técnico Ajustado	11.376	9.259	22,86%
a) Equilíbrio Técnico	11.376	9.259	22,86%
b) (+/-) Ajuste de Precifica�o	1.241	1.274	-2,59%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	11.376	9.259	22,86%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epagri FlexCeres
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	251.090	210.025	19,55%
1. Provisões Matemáticas	226.817	190.800	18,88%
1.1. Benefícios concedidos	69.217	54.343	27,37%
Benefício definido	69.217	54.343	27,37%
1.2. Benefício a conceder	157.600	136.457	15,49%
Contribuição definida	157.164	136.457	15,17%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	67.506	58.014	16,36%
Saldo de contas - parcela participantes	89.658	78.443	14,30%
Benefício definido	436	0	0,00%
2. Equilíbrio Técnico	11.376	9.259	22,86%
2.1. Resultados realizados	11.376	9.259	22,86%
Superávit técnico acumulado	11.376	9.259	22,86%
Reserva de contingência	11.376	9.259	22,86%
3. Fundos	12.280	9.532	28,84%
3.1. Fundos previdenciais	12.142	9.419	28,91%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	138	112	22,93%
4. Exigível Operacional	617	431	43,11%
4.1. Gestão previdencial	614	429	43,21%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	3	2	22,64%

ANEXO 4 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Tel.: +55 61 3322 5190
Fax: +55 61 3322 5270
www.bdobrazil.com.br

Setor de Autarquia Sul SAUS
Quadra 4, Lote 09/10 Bloco A
Brasília, DF - Brasil 70070-938

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadora da
CERES - Fundação de Seguridade Social
Brasília - DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da CERES - Fundação de Seguridade Social ("CERES", "Fundação" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pela CERES, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios dos patrocinadores Embrapa, Epagri, Emater Minas Gerais - Emater MG, Epamig, Cidasc, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, Emater Distrito Federal - Emater DF e Ceres, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CERES - Fundação de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 6.1, a entidade possui registrados em 31 de dezembro de 2017, no passivo do programa previdencial no montante de R\$ 101.840 mil, dos quais R\$ 77.665 mil, refere-se a obrigações do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela CERES decorrente do pagamento dos benefícios dos assistidos daquele plano com recursos dos demais planos básicos efetuados em atendimento à decisão judicial do Tribunal Regional Federal, datado 15 de maio de 2006. A Lei complementar nº 109/2001 que rege a operação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar determina que os planos devem ter independência patrimonial. Consequentemente os planos Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Emater BD e Epamig BD suportam despesas para o plano Embrater BD, em desconformidade com a legislação vigente da independência patrimonial dos planos. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar as demonstrações contábeis em decorrência do desfecho deste tema.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Incerteza relevante relacionada com a continuidade do plano Embrater BD

As demonstrações contábeis do plano Embrater BD, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da operação. Entretanto, conforme mencionado na nota explicativa n° 19, em 13 de abril de 1990 houve extinção da patrocinadora a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-Embrater e a cessação dos repasses de contribuições para que o plano continuasse a honrar o compromisso com seus assistidos. Também, conforme mencionado, nas notas explicativas n° 19 e 6, considerando a não existência de recursos por parte do plano Embrater, a Ceres, em cumprimento de decisão judicial do Tribunal Regional Federal, vem efetuando o pagamento dos benefícios do extinto plano com a utilização dos recursos dos demais planos básicos administrados pela Entidade, o que a sua administração entende como medida alternativa para a continuidade do cumprimento das obrigações do plano. A continuidade operacional deste plano depende da continuidade do cumprimento da decisão judicial. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;



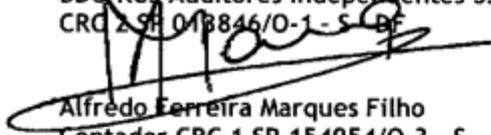
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 20 de março de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 018846/O-1 - S - DF



Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - DF

ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

XII. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento ao artigo 65 do estatuto da Ceres e à letra "j" do item 17, às Normas Gerais, do Anexo "C" da Resolução CNPC nº 08, de 31/10/2011, e ao item "i" do Inciso I, do artigo 4º da Instrução Normativa SPC nº 34 de 24/09/2009, com base nas informações recebidas da Administração da Ceres, nas Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, nos Pareceres Atuariais, no Parecer dos Auditores Independentes, bem como nas análises efetuadas pelos Conselheiros nas reuniões mensais do Conselho Fiscal, apresenta a seguir, o seu Parecer, incluindo fatos relevantes que ensejam a conclusão final sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2017.

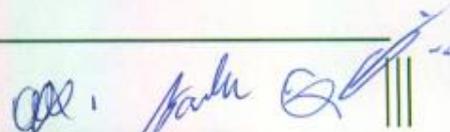
Ante o exposto no presente Relatório, chegamos as seguintes conclusões:

- a) Os Demonstrativos Contábeis compreendidos por Balanço Patrimonial, Demonstração de Mutações do Patrimônio Social (DMPS), Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido (DMAL), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT), derivada dos resultados patrimoniais e econômicos dos planos de benefícios, estão de acordo com o exigido pela legislação.
- b) As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2017, atendem às regras e procedimentos contábeis, conforme definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, estando, portanto, alinhadas ao disposto no item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC nº 34/2009, conforme evidenciado no relatório de auditoria independente BDO auditores Independentes de 20 de março de 2018.
- c) Em relação ao Relatório dos Auditores Independentes, o documento apresentou ressalva em:
 - i. À continuidade operacional do plano Embrater BD, visto que tal continuidade está atrelada ao cumprimento da decisão judicial do Tribunal Regional Federal.

Destacaram que no passivo do programa previdencial no montante de R\$ 101.840 mil, dos quais R\$ 77.665 mil, refere-se a obrigações do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela CERES decorrente do pagamento dos benefícios dos assistidos daquele plano com recursos dos demais planos básicos efetuados em atendimento à decisão judicial do Tribunal Regional Federal, datado 15 de maio de 2006. A Lei complementar nº 109/2001 que rege a operação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar determina que os planos devem ter independência patrimonial. Consequentemente os planos Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Emater BD e Epamig BD suportam despesas para o plano Embrater BD, em desconformidade com a legislação vigente da independência patrimonial dos planos.

Contudo, consideramos que o Parecer sobre os demais assuntos é pertinente e que as Demonstrações Contábeis auditadas, pela Auditoria Independente, estão aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil.

- d) Quanto aos Pareceres Atuariais, emitido pela Assessoria Actuarial Vesting, assinados pelo responsável Técnico pelos planos, o Atuário Antônio Mário Rattes de Oliveira, MIBA 1.162, entendemos que estes estão em conformidade com o que estabelecem a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência

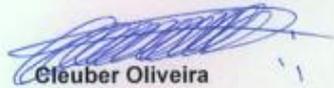


Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

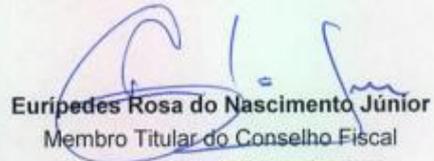
O Conselho Fiscal da Ceres – Fundação de Seguridade Social, diante das considerações sobre as Demonstrações Contábeis, os Pareceres Atuariais, o Parecer dos Auditores Independentes e atinentes às Notas explicativas, assim como, sobre as análises feitas nas reuniões mensais, **RESOLVE** aprovar as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2017, levando em consideração as análises e conclusões destacadas anteriormente.

Este é o nosso Parecer.

Brasília/DF, 20 de Março de 2018.



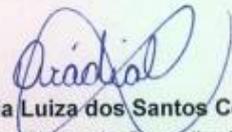
Gleuber Oliveira
Presidente do Conselho Fiscal
Representante dos Participantes e Assistidos da
EMBRAPA



Euripedes Rosa do Nascimento Júnior
Membro Titular do Conselho Fiscal
Representante da Patrocinadora
EMBRAPA



Sebastião Cardoso Barbosa
Membro Titular do Conselho Fiscal
Representante dos Participantes e Assistidos da
EMATER - MG



Arádia Luiza dos Santos Costa
Membra Titular do Conselho Fiscal
Representante da Patrocinadora
EPAGRI

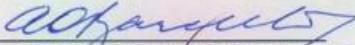
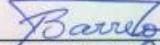
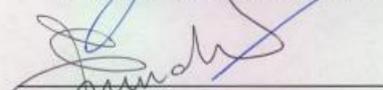
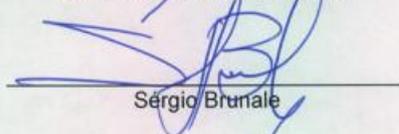
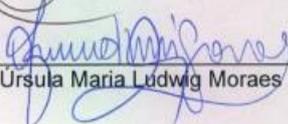
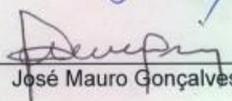
ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



TERMO DE APROVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da CERES - Fundação de Seguridade Social, reunido em sua 214ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de março de 2018, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Contábeis da Fundação, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada, a Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefícios, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios e a Demonstrac o das Provisões Técnicas do plano de benefícios, complementadas pelas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e com base, ainda, no Relatório da Auditoria Independente – BDO Auditores Independentes, nos Pareceres do Atuário – Actuarial Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda - Vesting, relativos a cada Plano de Benefícios e do Conselho Fiscal, aprovou, por unanimidade, as referidas demonstra es contábeis, nos termos constantes dos referidos pareceres.

Brasília, 27 de março de 2018.

 _____ Alexandre de Oliveira Barcellos	 _____ Gerson Soares Alves Barreto
 _____ Emidio Casagrande	 _____ Sérgio Brunale
 _____ Ursula Maria Ludwig Moraes	 _____ José Mauro Gonçalves Dias

Ceres - Fundac o de Seguridade Social
SHCN - CL 202 Bloco C Brasília/DF CEP 70832-535 CNPJ.: 00.532.804/0001-31
Fone: (61) 2106 0200 Fax: (61) 3327 7651 E-mail: atende@ceres.org.br
Atendimento ao participante: 0800 979 2005 Site: www.ceres.org.br

ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS

O Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

Esse documento é elaborado pelo Atuário Responsável pelos planos de benefícios.

Os Pareceres de cada plano estão disponíveis a seguir.

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL
DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAGRI

PLANO EPAGRI BÁSICO

POSIÇÃO EM 31/12/2017

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epagri Básico de benefícios da Epagri, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epagri Básico é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano. O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio, sendo composto, para 2018, pelas mesmas alíquotas de contribuições praticadas em 2017 no caso dos assistidos.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2018 será no mínimo de R\$ 1.784.299,00 sendo uma contribuição extraordinária R\$ 1.769.527,15 para amortizar o saldo do saldamento e uma contribuição normal mensal de R\$ 14.771,85 para custear o custo administrativo.

Conforme registrado na Tabela nº 02, a seguir, no exercício de 2017 foi apurado um ganho atuarial de R\$ 665.877,87 que não foi incorporado ao Contrato de Saldamento, pois o valor da parcela de equilíbrio técnico ajustado referente à patrocinadora foi negativo em R\$ 411.124,28, em observância ao caput do artigo 4º da Instrução PREVIC Nº 26, de 10 de março de 2016. Cabe ressaltar que, o rateio do equilíbrio técnico ajustado negativo da parcela referente à patrocinadora observou o previsto no §2º do artigo 4º da supracitada Instrução.

Quanto à possibilidade da incorporação do Equilíbrio Técnico Ajustado negativo, permitida no §1º do referido art. 4º, ocorreu a incorporação plena deste valor, de R\$ 411.124,28, que representa a parcela deste Equilíbrio de responsabilidade da patrocinadora, uma vez que mesmo com a plena incorporação deste valor, o Equilíbrio Técnico ajustado final ainda se mantém negativo.

Manteve-se o entendimento, consolidado em conjunto com a entidade, em relação à interpretação da Instrução PREVIC nº 26/2016, de que a referida Instrução não altera a cláusula de incorporação de ganhos e perdas atuariais do contrato de saldamento, a qual é regida pela Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006. Dessa forma, as perdas e ganhos continuarão a ser incorporadas ao contrato de saldamento, porém serão vinculadas ao equilíbrio técnico ajustado, adotando-se esse valor como referência do montante a ser incorporado ao saldo contratual.

Plano de custeio para 2018

O custeio patronal será feito através de contrato de saldamento firmado entre a entidade e a patrocinadora do plano, cujo objetivo foi assegurar os recursos necessários ao pagamento dos benefícios dos assistidos. Os prazos para a amortização do contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CPGC.

Na data desta reavaliação o prazo residual do contrato de saldamento é de 54 (cinquenta e quatro) meses. O fluxo dos valores do saldamento se encontra em poder da entidade.

O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto um da contribuição mensal, para o período a partir de 1º de abril de 2018 no valor linear mínimo de R\$ 1.784.299,00 de forma a manter a solvência e o equilíbrio atuarial do plano sendo suficiente para amortizar o saldo de R\$ 84.250.475,77 em 31/12/2017.

Além das receitas de saldamento, o custeio do plano se dará pelo aporte mensal de contribuições dos participantes assistidos. Os assistidos com Data de Início de Benefício após 20/12/2002 e os aposentados que recebem abono de aposentadoria contribuem com 8,42% das respectivas suplementações, sendo que essa taxa é composta por 8% de contribuição normal e 0,42% de contribuição extraordinária implementada em período anterior ao saldamento, e a taxa de contribuição dos demais assistidos é de 0,42% da suplementação.

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

A partir de 1º de abril de 2018, o custeio administrativo médio mensal do plano Epagri Básico será de R\$ 29.543,70, a fim de financiar a despesa administrativa previdencial anual do plano de R\$ 354.524,40.

Conforme citado anteriormente, a contribuição normal dos assistidos é de 8,00% sobre os benefícios, sendo que, por determinação da Previc para este plano, a divisão da parcela do custeio administrativo deve ser paritária, portanto o custeio administrativo mensal referente a esse grupo será de 13 prestações de R\$ 13.635,55, pois o financiamento é sobre 13 parcelas do benefício, e o custeio administrativo mensal patronal será de 12 parcelas R\$ 14.771,85, pois é um financiamento financeiro, porém ambos são equivalentes no período anual.

A forma de cobrança do custeio administrativo do plano será tratada em documento à parte, onde englobará o custeio administrativo de todos os planos, segregado por patrocinador, participantes e assistidos.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de

27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epagri Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados aos fatores biométricos e ao risco de mercado, principalmente ao que se refere à longevidade e à taxa de juros. Estes riscos podem surgir pela inadequação das premissas atuariais trazendo volatilidade ao plano de benefícios. O monitoramento sistemático desses riscos é realizado através: das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2017, um déficit atuarial de R\$ 4.642.300,32, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015 que alterou o art. 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, abaixo transcrito.

Art. 28. Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

§ 1º Caberá ao Conselho Deliberativo da entidade fechada aprovar o plano de equacionamento de déficit, observado, quando for o caso, o disposto no parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.

§ 2º O plano de equacionamento deverá contemplar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite de déficit, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) das provisões matemáticas.

§ 3º Na hipótese de estarem em curso, simultaneamente, três planos de equacionamento ou mais, e enquanto perdurar esta condição, os novos planos de equacionamento não poderão contemplar resultados inferiores a 2% (dois por cento) das provisões matemáticas.

§ 4º O plano de equacionamento de déficit aprovado deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

§ 5º As provisões matemáticas de que tratam este artigo referem-se às parcelas dos planos estruturadas sob a forma de benefício definido, independentemente da modalidade que o plano de benefícios esteja estruturado, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

§ 6º Os planos de equacionamento deverão prever amortização que contemple fluxo linear ou decrescente de contribuições e os respectivos ativos deverão ser compatíveis com as necessidades de liquidez dos planos de benefícios.

§ 7º Remanescendo déficit a equacionar de responsabilidade do patrocinador em situações de duração do passivo igual ou inferior a quatro anos, a EFPC deverá apresentar ao órgão de fiscalização e supervisão contrato de dívida reconhecido em cartório com garantia real e em valor no mínimo equivalente ao respectivo déficit remanescente no plano de benefícios.

§ 8º A garantia de que trata o parágrafo anterior poderá ser representada por hipoteca, caução, fiança bancária ou outras garantias que resultem na efetiva cobertura total do débito contratado.

§ 9º O órgão de fiscalização e supervisão, dentro de suas competências e atribuições legais, poderá exigir a adoção de planos de equacionamento em situações que evidenciem riscos à solvência dos planos de benefícios.

§ 10. O plano de equacionamento deverá se iniciar em, no máximo, 60 (sessenta) dias contados da data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Deve-se considerar, ainda, que conforme o art. 28-A, inserido pela Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de dezembro de 2008, o déficit atuarial deverá ser ajustado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento.

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, complementada pelas disposições da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração igual a 12,28 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 28, acima comentado, resulta em um Limite de Déficit Técnico Ajustado de R\$ 9.094.736,12.

Considerando-se que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 4.642.300,32 e que apurou-se um valor positivo de ajuste de precificação de R\$ 4.311.590,84, obteve-se Resultado Técnico Ajustado negativo em R\$ 330.709,48, indicando não haver obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento.

Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus assistidos e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

O Plano Epagri Básico é composto apenas dos atuais aposentados e pensionistas, tendo suas provisões escrituradas apenas nas contas de benefícios concedidos. Conforme a avaliação atuarial de 31/12/2017, as provisões matemáticas desse plano alcançaram o montante de R\$ 109.839.808,00 distribuídas conforme a Tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
EPAGRI BÁSICO – VALOR EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Varição
Patrimônio de Cobertura do Plano	96.097.240	105.197.508	9,47%
Provisões Matemáticas	101.506.365	109.839.808	8,21%
Benefícios Concedidos	197.621.639	194.090.284	-1,79%
Provisão Matemática a Constituir	-96.115.274	-84.250.476	-12,34%
Resultados Realizados	-5.409.125	-4.642.300	-14,18%
Ajuste de Precificação	5.409.125	4.311.591	-20,29%
Resultado Ajustado	0	-330.709	-

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epagri Básico, no exercício de 2017 foi de 10,31%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,96%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,77%a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 2,18% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2017, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2017

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	2.355.462	0	2.355.462
Perda	0	0	-555.762	0	0	-1.133.822	-1.689.584
Total	0	0	-555.762	0	2.355.462	-1.133.822	665.878

A provisão matemática a constituir de 31/12/2016 foi primeiramente atualizada pela meta atuarial para 31/12/2017 e amortizada pelas contribuições extraordinárias patronais e em seguida as perdas e ganhos atuariais, apresentados na Tabela nº 02, e o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo foram considerados na análise de incorporação ao saldo de 31/12/2017, conforme previsto no Contrato e respaldado pela Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução PREVIC nº 26/2016.

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

Pelo exposto, concluímos que o plano de benefícios registra contabilmente uma insuficiência atuarial acumulada, a qual, feitos os ajustes determinados pela legislação em vigor, não requer equacionamento no momento desta reavaliação atuarial.

Apesar da insuficiência atuarial acumulada em 31/12/2017, o resultado do exercício de 2017 foi superavitário, reduzindo o déficit atuarial, e tendo em vista que a rentabilidade financeira dos investimentos do plano foi a principal causa do bom desempenho do plano de benefícios em 2017, somos de opinião que a natureza do resultado é conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL DO PLANO EPAGRI BÁSICO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de cobertura do Plano	105.197.508	Benefícios Futuros	194.090.284
Contribuições Futuras do Saldamento	84.250.476	Benefícios Concedidos	194.090.284
		Resultados realizados	-4.642.300
Total	189.447.984	Total	189.447.984

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 20 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAGRI

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO EPAGRI SALDADO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epagri Saldado, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epagri Saldado é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, não há a obrigação de pagamento de um fluxo de saldamento.

Conforme registrado na Tabela nº 02, a seguir, no exercício de 2017 foi apurada um ganho atuarial de R\$ 12.084.632,00, que não foi incorporada ao Contrato de Saldamento em função do término do prazo contratual.

Plano de custeio para 2018

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

A partir de 1º de abril de 2018, o custeio administrativo médio mensal do plano Epagri Saldado será de R\$ 70.765,85, a fim de financiar a despesa administrativa previdencial anual do plano de R\$ 849.190,00.

Para o custeio previdencial e administrativo, conforme previsto no Regulamento do plano, os assistidos contribuem no total com 8,00% dos respectivos benefícios, sendo que são 13 as parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 4.722,40 referente à contribuição desse grupo

O custeio administrativo mensal patronal são 13 parcelas de de R\$ 36.202,60, e o custeio administrativo mensal dos participantes são 13 parcelas de R\$ 24.397,33.

A forma de cobrança do custeio administrativo do plano será tratada em documento à parte, onde englobará o custeio administrativo de todos os planos, segregado por patrocinador, participantes e assistidos.

É oportuno destacar, que os prazos para a amortização do referido contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epagri Saldado, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº 23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio.

Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento, os quais foram calculados de forma proporcional ao direito acumulado de cada participante na data do saldamento do plano.

O Plano Epagri Saldado é composto dos ativos que migraram do Plano Epagri Básico e dos assistidos cujos benefícios já foram concedidos no plano saldado, cujas provisões matemáticas estão apresentadas na tabela no. 01, a seguir.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO EPAGRI SALDADO – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Varição
Patrimônio de Cobertura do Plano	450.122.676	472.440.824	4,96%
Provisões Matemáticas	440.486.107	448.859.985	1,90%
Benefícios Concedidos	305.172.949	331.062.491	8,48%
Benefícios a Conceder	135.313.158	117.797.494	-12,94%
Provisão Matemática a Constituir	0	0	-
Resultados Realizados	9.636.569	23.580.839	144,70%
Ajuste de Precificação	21.110.424	20.142.110	-4,59%
Resultado Ajustado	NA	NA	NA

NA: Não aplicável.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epagri Saldado, no exercício de 2017 foi de 11,58%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,88%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,70%a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 3,43% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2017, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – GANHOS E PERDAS em 31/12/2017 – VALORES EM R\$

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	14.303.697	0	14.303.697
Perda	0	0	-1.285.275	0	0	-933.790	-2.219.065
Total	0	0	-1.285.275	0	14.303.697	-933.790	12.084.632

A provisão matemática a constituir de 31/12/2016 foi primeiramente atualizada pela meta atuarial para 31/12/2017 e amortizada pelas contribuições extraordinárias patronais e em seguida as perdas e ganhos atuariais e não atuariais, previstos na Tabela nº 02.

Conforme destacado anteriormente, os valores apurados dos ganhos atuariais não foram adicionados ao contrato de saldamento, tendo em vista o término do prazo contratual.

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial superavitário, conforme se observa na tabela nº 01, onde o total das provisões matemáticas é inferior ao patrimônio de cobertura do plano. Nosso entendimento é que as principais causas do seu surgimento estão relacionadas com a rentabilidade patrimonial no exercício, o que nos leva a concluir que o mesmo é de natureza conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO EPAGRI SALDADO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	472.440.824	Benefícios Futuros	448.859.985
Contribuições Futuras do Saldamento	0	Benefícios Concedidos	331.062.491
		Benefícios a Conceder	117.797.494
		Resultados realizados	23.580.839
Total	472.440.824	Total	472.440.824

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, em seu art. 7º, com a redação dada pela Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$\text{Limite da Reserva de Contingência} = [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo})] \times \text{Provisão Matemática}.$$

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, com os dispositivos complementares da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração de passivo igual a 10,53 anos.

Aplicando-se a duração do passivo na fórmula acima apresentada, obtém-se um Limite da Reserva de Contingência igual a R\$ 92.150.954,92, o qual, comparado com o valor do superávit encontrado na presente avaliação, indica que o superávit atuarial será integralmente destinado à constituição da Reserva de Contingência, não havendo constituição de Reserva Especial para Revisão de Plano.

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação não existiam fundos previdenciais vinculados ao plano.

Comentários finais

O plano de benefícios apresentou uma elevação do superávit atuarial de 2016 para 2017 e, conforme as novas regras de solvência, o montante total do superávit deverá ser destinado à constituição de Reserva de Contingência.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 21 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAGRI

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO EPAGRI-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epagri-FlexCeres de benefícios da Epagri, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pela variação da cota patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

No plano Epagri-FlexCeres estão os participantes que migraram para o Plano Epagri Saldado e os empregados que não faziam parte do antigo plano de benefício definido.

Os benefícios dos participantes migrantes foram calculados de forma a serem suplementares aos valores garantidos no Plano Epagri Saldado, caso as premissas utilizadas na avaliação inicial do plano se confirmem na prática, deverão alcançar benefícios semelhantes àqueles que tinham no plano de benefício definido.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2017

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	0,558%
Patrocinadora	0,279%
Participante	0,279%
Custo administrativo	0,650%
Patrocinadora	0,325%
Participante	0,325%
Custo Total	1,208%
Patrocinadora	0,604%
Participante	0,604%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Epagri-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 1,208% dos salários-de-participação, observando-se uma redução em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2016, cujo percentual foi igual a 2,282%, motivada, principalmente, pela alteração no cálculo da meta dos benefícios de risco. O custo destes benefícios, que em 31/12/2016 foi de 1,644%, reduziu para 0,478%, quando da alteração do Regulamento, e teve uma pequena oscilação para 0,558% na data da Avaliação em 31/12/2017.

Plano de custeio para 2018

O custeio do plano é dividido entre a patrocinadora e os participantes ativos, sendo as contribuições calculadas inicialmente em função do benefício suplementar necessário para o participante atingir uma meta que, somada ao benefício do Plano Saldado, gerasse um valor igual àquele ao qual o participante faria jus no plano de benefício definido na data em que reunisse as condições de elegibilidade.

O plano de custeio para 2018 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2017 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano. O custeio dos benefícios de risco para 2018 será no mesmo patamar praticado em 2017, quando da alteração regulamentar, sendo a diferença lastreada pelos fundos previdenciais destinados à cobertura desses benefícios.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2018

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	10,926%
Patrocinadora	4,884%
Participante	6,042%
Benefícios de risco	0,478%
Patrocinadora	0,239%
Participante	0,239%
Custeio administrativo	0,650%
Patrocinadora	0,325%
Participante	0,325%
Custeio Total	12,0544%
Patrocinadora	5,448%
Participante	6,606%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,650%.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epagri-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº 23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio.

Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Epagri-FlexCeres eram, em 31/12/2017:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EPAGRI – FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	200.058.632	238.193.085	19,06%
Provisões Matemáticas	190.799.829	226.817.461	18,88%
Benefícios Concedidos	54.343.264	69.217.265	27,37%
Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco	0	436.496	#DIV/0!
Benefícios Futuros	16.145.944	4.724.774	-70,74%
Contribuições Futuras	-16.145.944	-4.288.278	-73,44%
Saldo de Contas dos Benefícios Programados	136.456.565	157.163.700	15,17%
Resultados Realizados	9.258.803	11.375.625	-
Ajuste de Precificação	1.274.377	1.241.380	-2,59%
Resultado Ajustado	NA	NA	NA

NA: Não aplicável

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epagri-FlexCeres, no exercício de 2017 foi de 13,38%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,95%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,76%. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 5,03% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, pelas variações salariais ocorridas, alteração nas hipóteses atuariais, rentabilidade patrimonial e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período e redução na provisão matemática de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco se deve às mudanças cadastrais ocorridas no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2017, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2017

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	3.711.220	185.642	3.896.862
Perda	0	0	-201.996	0	0	0	-201.996
Total	0	0	-201.996	0	3.711.220	185.642	3.694.866

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um resultado superavitário de R\$ 11.375.624,94, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é inferior ao patrimônio de cobertura do plano, sendo, em nossa opinião, de natureza conjuntural, em função das causas que contribuíram para o superávit serem sobretudo provenientes da rentabilidade patrimonial no período.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	238.193.085	Benefícios Futuros	231.105.739
Contribuições Futuras	4.288.278	Benefícios Concedidos	69.217.265
Risco	4.288.278	Benefícios a Conceder	161.888.474
		Programados	157.163.700
		Risco	4.724.774
		Resultados Realizados	11.375.625
Total	242.481.363	Total	242.481.363

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, em seu art. 7º, com a redação dada pela Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$\text{Limite da Reserva de Contingência} = [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo})] \times \text{Provisão Matemática}.$$

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, com os dispositivos complementares da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração de passivo igual a 12,11 anos.

Aplicando-se a duração do passivo na fórmula acima apresentada, obtém-se um Limite da Reserva de Contingência igual a R\$ 15.400.446,56, o qual, comparado com o valor do superávit encontrado na presente avaliação, indica que o superávit atuarial será integralmente destinado à constituição da Reserva de Contingência, não havendo constituição de Reserva Especial para Revisão de Plano.

Fundos previdenciais

A tabela a seguir apresenta os saldos a variação dos Fundos Previdenciais do plano de benefícios.

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – PLANO EPAGRI-FLEXCERES

Discriminação	2016	2017	Varição
Fundos Previdenciais	9.419.053	12.141.727	28,91%
Fundo Coletivo de Desligamento	688.301	994.461	44,48%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	392.327	514.839	31,23%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	8.338.425	10.632.428	27,51%
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade Assistidos	-	-	-

A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstas no regulamento do plano.

Comentários finais

O plano de benefícios apresentou situação superavitária em 31/12/2017 e, de acordo com as novas normas de solvência da Resolução CNPC nº 22/2015, esse resultado será integralmente alocado para a constituição de Reserva de Contingência.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 21 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162